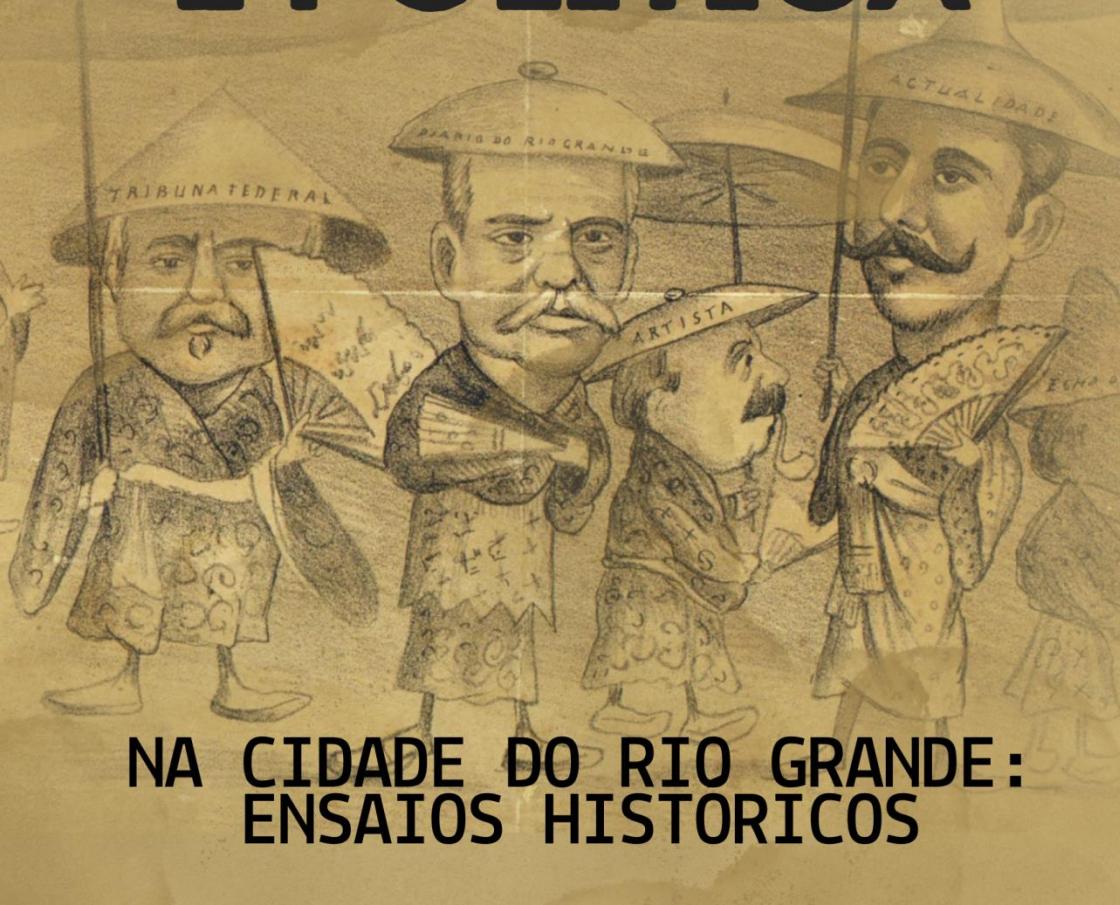


FRANCISCO DAS NEVES ALVES

JORNALISMO E POLÍTICA



NA CIDADE DO RIO GRANDE:
ENSAIOS HISTÓRICOS



BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE
Fundada em 1846

Jornalismo e política na cidade do Rio Grande: ensaios históricos



BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves

Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil

Diretor de Acervo: Ronaldo Oliveira Gerundo

1º Secretário: Luiz Henrique Torres

2º Secretário: Marcelo França de Oliveira

1º Tesoureiro: Valdir Barroco

2º Tesoureiro: Mauro Nicola Póvoas

Francisco das Neves Alves

Jornalismo e política na cidade do Rio Grande: ensaios históricos



BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE

Rio Grande
2026

Ficha Técnica

- Título: Jornalismo e política na cidade do Rio Grande: ensaios históricos
- Autor: Francisco das Neves Alves
- Biblioteca Rio-Grandense
- Rio Grande
- 2026

ISBN – 978-65-5306-093-7

CAPA: BISTURI. Rio Grande, 19 nov. 1893.

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de trezentos livros.

SUMÁRIO

A imprensa rio-grandina nas três últimas décadas do século XIX: o espaço do discurso político-partidário / 9

O golpe de Estado e a Revolução de 1891 na perspectiva do Diário do Rio Grande / 31

***E a luta continua...* A permanência do anticastilhismo junto à imprensa rio-grandina / 63**

A imprensa gaúcha no alvorecer do século XX: um estudo de caso na cidade do Rio Grande / 77

Censura, coerção e silenciamento político: o *Bisturi* ao final de 1893 / 101



A imprensa rio-grandina nas três últimas décadas do século XIX: o espaço do discurso político-partidário

Ao longo do século XIX, a imprensa escrita constituiu o mais significativo meio de comunicação no seio das sociedades em que se fez presente. Servindo aos mais diferentes propósitos, fosse na

divulgação de informações, na difusão da leitura e da cultura, ou ainda na propagação dos mais diversos ideais, o jornalismo desse tempo atuou com tenacidade na formação de hábitos, pensamentos, costumes e opiniões, em uma escala que, se não global, ao menos atingiu grande parte das comunidades de então. No Brasil daquela centúria, a imprensa exerceu fundamental papel nas várias etapas da formação político-administrativa e institucional do país, consistindo-se em veículo informativo de grande eficácia e contribuindo decisivamente para divulgar e fomentar as mais variadas ideias que circularam junto à consciência pública durante aquelas diversas fases.

À gênese da imprensa brasileira, ligada de modo intrínseco ao processo de transição de colônia a país independente, os jornais tiveram um papel chave na pregação dos ideais recolonizadores e/ou emancipacionistas então em discussão. Com a formação do Estado Nacional Brasileiro, o periodismo passaria por uma fase de ampla proliferação, acompanhando a agitação política e revolucionária, mormente durante o Período Regencial, predominando uma prática jornalística eminentemente opinativa e partidária. Tendo em vista a pacificação interna e a instalação de um clima de estabilidade, característico das primeiras décadas do II Reinado, declinaria o jornalismo de natureza

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

política e os debates partidários arrefeceriam. A partir da inversão partidária de 1868, no entanto, com a retomada das disputas políticas mais acirradas entre liberais e conservadores, as discussões de cunho político retornavam às páginas impressas, em um contínuo altercar que acompanhou as várias alternâncias situacionistas/oposicionistas daquelas duas agremiações partidárias, até o final da fase monárquica. Nesse quadro, a imprensa teria fundamental significado também no processo que levaria à mudança na forma de governo, servindo tanto à propagação da causa dos adeptos do republicanismo, quanto dos defensores do *status quo*; e, instaurada a República, as publicações periódicas serviriam para promover as mais diferentes/divergentes ideias que caracterizaram as várias tendências de pensamento republicano de então.

No Rio Grande do Sul, a imprensa acompanhou a forte bipolarização política que marcou o cenário provincial/estadual ao longo de sua história, marcado por disputas partidárias praticamente constantes, as quais, muitas vezes, vencidas as instâncias do jornalismo e da tribuna, redundaram em confrontos de natureza bélica. Após o conflito entre farroupilhas e legalistas, a Província passaria por uma fase de relativa tranquilidade no que tange às querelas partidárias, mormente durante as

políticas conciliatórias e de coligações inerentes aos primeiros tempos do Reinado de Pedro II. O jornalismo, que em grande parte acompanhara essa fase de ânimos mais aplacados, voltou à abordagem das discussões de cunho político, nas duas últimas décadas da Monarquia, quando liberais, conservadores e, mais tarde, republicanos, digladiaram-se mutuamente, aproveitando, inclusive, a grande liberdade de expressão característica desse período. Já com a República, o debate político através das folhas periódicas permaneceu, alimentando as divergências entre os republicanos castilhistas e os seus opositores, ao menos nos momentos em que a censura e o controle das autoridades públicas o permitiram.

A imprensa da cidade do Rio Grande reproduziu, mesmo que em escala algo diferenciada, essas mesmas características do jornalismo praticado na Corte/Capital Federal, quanto na sede da administração provincial/estadual, ou ainda nas mais importantes cidades do país. Tendo suas origens ligadas à agitação política à época da preparação e eclosão da Revolução Farroupilha, a imprensa riograndina passou por uma etapa de crescimento e diversificação e, durante os anos que marcaram o processo de transição Monarquia-República, encontrava-se na sua fase de maior desenvolvimento ao longo dos Oitocentos. Através das páginas dos

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

jornais rio-grandinos, se manifestaram os mais diversos grupos políticos que atuaram nesse último período, permitindo a identificação do conjunto da construção discursiva político-partidária sul-rio-grandense durante esse momento de transições.

Ao longo dos três últimos decênios do século XIX, o jornalismo rio-grandino caracterizava-se por uma etapa de ampla diversificação e especialização em seus periódicos e, ao lado dos jornais mais perenes e estáveis, em circulação já há significativo espaço de tempo, era publicada uma série de pequenas folhas, normalmente de curta duração cronológica e publicação/distribuição irregulares. O debate dos diferentes ideais político-partidários se fez presente em ambos os tipos de publicação, sustentando o conflito discursivo característico da imprensa gaúcha e brasileira de então, porém, cada uma delas desenvolveu modalidades discursivas diferenciadas na emissão de seus discursos de natureza política e partidária. Ao passo que as publicações diárias se viam na contingência de buscar conciliar a expressão de suas filiações ou simpatias partidárias com seu papel informativo/noticioso e com seus interesses de sustentação ligados à necessidade de venda de assinaturas e colocação em suas páginas de material publicitário; as pequenas folhas, apesar das instáveis e, muitas vezes, precárias condições de sobrevivência,

deixavam de lado o caráter informativo e dedicavam-se, essencialmente, ao jornalismo crítico-opinativo.

Os perenes jornais diários rio-grandinos empreenderam, assim, suas construções discursivas em torno de um discurso mais unívoco, homogêneo, guardando em si uma regularidade discursiva mais rígida e, às vezes, até monolítica. Cada um desses representantes da imprensa diária tiveram padrões editoriais diferenciados entre si, desenvolvendo estratégias discursivas particulares na emissão de seu discurso político-partidário. Mesmo ao identificarem-se com as agremiações partidárias, tais periódicos apresentaram nuances variáveis nas suas formas de identidade, resultando em padrões discursivos também diferenciados. O *Diário do Rio Grande*, mesmo que ligado primeiro aos conservadores e, posteriormente, aos liberais, buscou sustentar sua condição de órgão essencialmente informativo; O *Comercial*, apesar de identificar-se com o Partido Conservador, procurou apresentar-se como folha basicamente preocupada com os assuntos mercantis; já o *Artista* e o *Eco do Sul*, ainda que mais abertamente vinculados, respectivamente, a liberais e conservadores, intentaram não descuidar das demais seções, como as noticiosas e comerciais, bem como de seus interesses financeiros de sustentação, mormente os ligados à publicação de matéria publicitária. A partir disso, muitas vezes, as folhas diárias

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

intentavam não se expor tanto, mantendo-se no rol das publicações ditas sérias e estáveis, cujas páginas estariam prontas a receber os reclames dos mais respeitáveis negociantes.

Assim, apesar do conteúdo político-partidário representar um dos elementos constitutivos de significativa importância junto aos diários riograndinos, houve também um desvelo todo especial em relação a não haver um descuido com relação às outras seções informativo/noticiosas e comerciais, bem como com a edição de publicações oficiais e de material literário, publicado principalmente na forma de folhetins e, finalmente com a colocação de matéria publicitária, predominante na ocupação dos espaços editoriais de cada uma das folhas. Nessa linha, até mesmo o *Eco do Sul*, que chegou a ser órgão do Partido Conservador e o *Artista*, um doutrinário liberal, não tiveram os assuntos de natureza político-partidária como predominantes no conjunto de suas páginas e, no caso do *Diário do Rio Grande*, era maior ainda o predomínio da parte publicitária e noticiosa, bem como do *Comercial*, cujo destaque foi o espaço destinado à seção comercial.

Junto a essas organizadas e duradouras publicações diárias desenvolveu-se, à mesma época, uma série de periódicos de curta duração e circulação irregular que, apesar das dificuldades de

sobrevivência, marcaram sua presença junto à comunidade rio-grandina, notadamente em vista de seu caráter crítico. Ao contrário do comportamento unívoco das folhas diárias, os representantes da pequena imprensa emitiam discursos caracterizados pela ambiguidade, ou seja, permitindo interpretações com mais de um sentido em suas expressões, e pelo conteúdo paradoxal de seu comportamento, diferente do senso comum dos jornais mais longevos, cujas prioridades estiveram ligadas às suas formas de sustentação. O humor, a poesia, as charadas, a ironia e a crítica, enfim, foram as principais armas utilizadas por esses periódicos para empreenderem suas formações e estratégias discursivas.

A carência, muitas vezes quase absoluta, de material publicitário foi um dos mais notáveis fatores que agravava os problemas organizacionais e de estrutura financeira da pequena imprensa. Em relação a essa notória inferioridade quanto à quantidade de publicidade, mais grave ainda na maioria das outras folhas dessa natureza, acrescia-se o fato de que os jornais representantes da pequena imprensa tinham ainda de enfrentar outros sérios problemas estruturais. A ampla maioria desses periódicos não possuía tipografias próprias, de modo que a editoração tinha de ser feita em propriedades alheias, fator que, além de elevar custos, representava um obstáculo a mais na manutenção de uma

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

periodicidade regular e do número de exemplares em circulação. Nesse quadro, enquanto os jornais diários constituíam empresas, ainda que de proporções reduzidas, ou seja oficinas que, apesar de muitas vezes artesanais, envolviam certo número de funcionários e aquisição de maquinário; nas pequenas folhas, os proprietários eram os responsáveis por praticamente todas as fases da elaboração do periódico, desde a produção até a distribuição, atuando, muitas vezes, como redator, tipógrafo/litógrafo, ilustrador e vendedor, entre outras funções.

Além do parco ou nenhum ganho resultante da publicação de anúncios e do oferecimento da prestação de serviços tipográficos e/ou litográficos, que representavam apenas uma complementação financeira, os pequenos jornais buscavam incrementar e incentivar a compra de suas edições, como meio mais representativo na obtenção de condições mínimas de sustentação e sobrevivência. Porém, promover a manutenção da venda de exemplares em patamares razoáveis representava outra ordem de dificuldades enfrentada pela pequena imprensa, mesmo que para isso ela utilizasse as mais variadas técnicas, como a diminuição de custos para as assinaturas, em relação aos números avulsos, ou a distribuição antecipada de algumas edições na busca de conquistar futuros assinantes. Somado ao grande

esforço para adquirir novos “favorecedores”, os pequenos jornais ainda tinham de enfrentar significativo inadimplemento da parte daqueles que eram conquistados, uma vez que muitos dos assinantes desistiam de colocar dinheiro na compra de publicações com circulação irregular e das quais havia uma constante incerteza quanto à continuidade de suas edições. Outro obstáculo à venda de assinaturas dos representantes da pequena imprensa esteve ligado ao fato de que os preços das mesmas eram equivalentes aos das publicações diárias, ou ainda superiores, real ou proporcionalmente, uma vez que, em muitos casos, eram folhas com data de saída nem sempre bem determinada, e com um número reduzido de edições, pois várias delas eram semanais.

As precárias condições de infraestrutura, a falta de uma base comercial melhor organizada e as dificuldades na obtenção de recursos para sua sustentação financeira representaram o preço que a pequena imprensa teve de pagar para manter acesa a chama da contestação. Formava-se verdadeiro círculo vicioso, pois o espírito crítico dessas folhas normalmente afastava os anunciantes e até os possíveis “favorecedores”, ao passo que, abandonar sua natureza crítica, também poderia significar um risco, uma vez que teriam de enveredar pelos caminhos da dita imprensa séria, em um espaço já bastante disputado pelas publicações diárias. A opção,

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

na maioria dos casos foi pela manutenção do caráter crítico, em detrimento de melhores condições de sobrevivência. Quanto às manifestações político-partidárias, ao contrário dos jornais diários, cuja estratégia discursiva reservava lugar e tempo específicos para a abordagem daqueles assuntos, junto à pequena imprensa a discussão dos temas da política e dos partidos eram, muitas vezes, preferenciais.

Nessa conjuntura de desiguais modalidades discursivas, jornais diários e pequena imprensa também lançaram mão de recursos discursivos, figuras e estilos de linguagem diferenciados entre si. A imprensa diária, buscando manter-se como portadora de um discurso sério, utilizava-se, de forma praticamente dominante, de uma linguagem mais moderada e, por vezes, até mais sofisticada, tendo por objetivo demonstrar um determinado grau de intelectualismo; além disso, essas publicações intentavam manter uma certa impessoalidade nas suas construções discursivas, dedicando seus escritos a um público em geral. Essas características editoriais e discursivas dos jornais diários, calcadas em um razoável abrandamento e em uma atenuação de linguagem eram, por vezes quebradas, apresentando-se certas exceções, em momentos determinados e específicos, quando, por razões circunstanciais de um dado contexto político, dedicavam-se a emitir pronunciamentos político-partidários mais abertos e

diretos. Já a pequena imprensa, ao dedicar-se à emissão de discursos críticos, irônicos e/ou humorados apresentavam textos e desenhos, no caso dos caricatos, recheados de alegorias, símbolos, metáforas, metonímias, idiomatismos, antonomásias, entre outras figuras. Essas pequenas folhas destinavam suas mensagens a um público específico, usavam uma linguagem mais popular, caracterizada por certa pessoalidade, buscando até uma determinada intimidade e aproximação com seus leitores, empreendendo construções discursivas mais abertas, sem encobrir suas impressões ou possíveis convicções políticas e/ou partidárias, nem esconder seu caráter eminentemente crítico.

No que tange à abordagem dos assuntos de natureza partidária e política, apesar desse contexto de diferenças quanto às modalidades discursivas entre as publicações diárias e a pequena imprensa, o discurso político-partidário emitido pelo conjunto dos jornais rio-grandinos acompanhou as tendências de bipolarização concernentes à formação histórica sul-rio-grandense, servindo à sustentação de um conflito discursivo do qual afloravam as visões distintas e formulavam-se os estereótipos do aliado/partidário e do opositor/adversário. Esse tradicional conflito embasado na bipartição acompanhava o jornalismo gaúcho desde as suas origens, quando os periódicos serviram para dar voz ao confronto entre farrapos e

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

legalistas. Dessa época, permanecia a construção e discussão de temas como liberdade, tirania, revolução, ordem, entre vários outros, bem como o debate acerca de qual seria o melhor caminho para o bem-comum e para a prosperidade e felicidade nacionais; de modo que muitos desses conceitos voltariam a servir como argumentos das contendas interpartidárias durante o processo de transição Monarquia-República.

Os representantes da pequena imprensa adotaram uma postura mais explícita quanto à manifestação de suas convicções políticas ou partidárias, orientando-se abertamente na defesa de seus aliados e em ataques, muitas vezes veementes aos seus opositores. Dentre as pequenas folhas político-partidárias fizeram-se manifestar alguns dos diversos grupos que marcaram o cenário político gaúcho nos anos da transição à forma de governo republicana. Algumas dessas folhas optaram pela pregação de princípios partidários, como no caso da política reformista dos liberais, que se fez presente nas páginas do *País*; e de alguns dos fundamentos comtianos, que serviram como norte doutrinário dos positivistas gaúchos, que apareceram na *Democracia*. Já durante a República, a insatisfação com a nova forma de governo e um saudosismo do passado imperial, refletindo o pensamento dos monarquistas remanescentes, se fizeram sentir nos escritos do *Combate* e de *A Atualidade*. As disputas entre os

castilhistas e seus opositores também foi traduzida nas páginas desas folhas rio-grandinas, caso do *Rio Grande do Sul* e da *Cidade do Rio Grande*, aliados do castilhismo, e da *Tribuna Federal* e da *Tribuna do Povo*, defensoras dos ideais das dissidências republicanas gaúchas.

Por sua vez, os hebdomadários caricatos, apesar de serem colocados fora do rol dos representantes da imprensa séria, não deixaram de dedicar seus pronunciamentos com relação aos assuntos de natureza política. Mesmo que seus textos e desenhos fossem alicerçados em uma visão de mundo exteriorizada na forma do humor, essas folhas chegaram a refletir convicções e/ou ideias críticas quanto ao processo político-partidário que marcou a desintegração monárquica e a ascensão republicana. A maior parte dos semanários caricatos não chegaram a expressar uma identidade partidária mais específica, dedicando suas incursões crítico-opinativas ao conjunto das práticas políticas de seu tempo, caso de *O Amolador*, *O Diabrete* e do *Maruí*. Já o *Bisturi* dedicou-se à defesa de princípios partidários bem definidos e coerentes ao longo de sua existência, identificando-se com os liberais gaspartistas, colocando-se na oposição aos conservadores, à época da Monarquia, e praticando uma postura abertamente anticastilhista, nos primeiros anos republicanos, ao

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

menos enquanto a legislação de imprensa e controle das autoridades policiais o permitiram.

Em relação aos jornais diários, mesmo que o conteúdo político-partidário fosse delimitado em termos cronológicos e de espaço editorial, o conflito discursivo entre os partidos se fez presente, mormente no que se refere aos confrontos entre as agremiações monárquicas. O *Diário do Rio Grande*, sempre cuidadoso ao se expressar sobre suas tendências partidárias, esteve ao lado dos conservadores, em sua primeira fase de existência e, posteriormente, dos liberais. Apesar dessas ligações, o periódico buscou ao longo de sua circulação demonstrar que pautava sua linha editorial em uma conduta apolítica e afirmando constantemente que era um representante da chamada imprensa séria. Nesse sentido, sempre que se referia aos objetivos de sua edição, o *Diário* fazia questão de enfatizar afirmações como a de que era essencialmente comercial e noticioso, não distinguindo parcialidades políticas; que não patrocinava a causa de nenhuma das partes em que se dividia a Província; que não era uma folha política, dedicando-se às questões do interesse público e sendo o mais noticiosa possível; ou ainda de que sustentava uma proposta de analisar a política de forma imparcial e conscienciosa, inspirado na crítica justa e severa. Apesar dessa constante precaução de manifestar uma suposta neutralidade, muitas vezes pragmática aos interesses da folha, nas

páginas do *Diário do Rio Grande* o conflito discursivo entre liberais e conservadores se tornou manifesto.

O Comercial, por sua vez, foi outro dos diários rio-grandinos que buscava propalar a ideia de que mantinha um comportamento apartidário. Para isso, afirmou diversas vezes ao longo de sua existência que seu programa excluía a palavra política; que pretendia evitar toda e qualquer ocasião de tomar uma parte ativa na luta encarniçada dos partidos; e que estava alheio às lutas e aos jogos políticos. Essa propalada “imparcialidade” esteve ligada ao grande interesse do jornal em manter a credibilidade de seus boletins comerciais, ainda assim, em suas manifestações de natureza partidária apareciam as relações de oposição, formulando-se a visão a respeito dos aliados, os conservadores, e dos adversários, os liberais.

Apesar de uma identidade partidária mais declarada, o *Artista*, sempre fez questão de evidenciar sua filiação à prática de um jornalismo sério e doutrinário, argumentando que seguia os preceitos da escola liberal, inspirando-se em luminosas ideias tendentes à grandeza moral e política da pátria e ressaltava o fato de que, mesmo liberal, não era órgão oficial de nenhum partido. Ao levar a frente sua missão doutrinária, o *Artista* também sustentou um conflito discursivo, sob o ponto de vista dos liberais,

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

estruturando relações de oposição acerca dos partidos imperiais.

Já o *Eco do Sul*, notadamente quando se tornou órgão partidário, também fez questão de colocar-se no grupo dos jornais sérios, explicando que a expressão e defesa de suas convicções respeitavam uma postura essencialmente doutrinária. Constituindo o mais atuante dos diários rio-grandinos quantos aos temas partidários e políticos, o *Eco* também apresentou diversas relações de oposição ao descrever a atuação dos partidos monárquicos, sustentando a causa do Partido Conservador e colocando-se em aberta oposição aos liberais.

Esse contexto de conflito discursivo, embasado na constante formulação de relações de oposição quanto a comportamentos, pensamentos e atitudes do que era o “nossa”, ou seja, o aliado/partidário, em contraposição ao que era o “outro”, o opositor/adversário, levou a que certas regularidades discursivas fossem plasmadas no conjunto dos pronunciamentos político-partidários dos jornais diários rio-grandinos, à época da Monarquia. Nesse sentido, essas folhas buscaram empreender um processo de construção/desconstrução discursiva, respectivamente em relação a seus aliados e adversários. Enquanto intentavam defender a causa, promover o crédito, a confiança e o apoio às atitudes e

às ideias do partido ao qual estavam vinculados, os periódicos tinham também por objetivo desacreditar e deslegitimar todos os atos e o pensamento da agremiação contrária às suas convicções.

Eram discutidos e formulados, assim, diversos conceitos e designações acerca de conservadores e liberais, que se tornavam alvo de constantes recorrências nas construções discursivas das folhas rio-grandinas, dentre eles a oposição entre ordem e revolução, anarquia e moderação, reformas graduais e imediatas; ou ainda a conferência de atributos, como probidade/desonestidade e competência/negligência na administração dos negócios públicos, práticas violentas e pacíficas; ou também de uma boa ou má conduta jornalística. Nessas regularidades discursivas, o núcleo comum concentrava-se na afirmação de que só o partido aliado, e jamais o adversário, teria os meios necessário para que pátria (ou outras denominações como povo, nação, país), trilhasse o caminho do bem comum e do progresso.

Nesse quadro de construções discursivas alicerçadas no conflito, os republicanos foram relegados a um segundo plano e apareceram como adversários menores que pretendiam eliminar a forma de governo a qual esses jornais estavam vinculados, fosse sob a bandeira conservadora, fosse a liberal. A instauração da República viria, assim, a significar uma

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

profunda ruptura nas formações discursivas entabuladas pelas folhas diárias rio-grandinas, ligadas às já tradicionais disputas dos partidos monárquicos. *O Diário do Rio Grande* e *o Artista* chegaram a criticar o caráter autoritário e exclusivista dos novos governantes, porém, com a intensificação do controle sobre a imprensa, mergulhariam em silêncio quase absoluto quanto à política, sofrendo um crescente processo de desarticulação discursiva e indefinição editorial que redundaria no seu desaparecimento. Já o *Eco do Sul* conseguiria manter sua conduta partidária e seu espírito combativo, tornando-se um ferrenho adversário do castilhismo, no entanto, teve de passar por constantes rearranjos na articulação de seu discurso, tendo em vista às constantes alterações no quadro de alianças das forças oposicionistas gaúchas.

A legislação de imprensa e a rigorosa censura e fiscalização sobre as atividades jornalísticas também constituíram elementos fundamentais para que o discurso político-partidário moldado ao longo de décadas pelos diários rio-grandinos, acostumados à ampla liberdade de expressão da época imperial, viesse a passar por uma rotura praticamente irreversível. A pequena imprensa também sentiu diretamente os efeitos do cerceamento e vários desses periódicos viriam a desaparecer. As medidas coercitivas tomadas ainda nos primeiros meses da nova forma de governo tiveram relativo efeito sobre

os periódicos, tendo em vista a indefinição que marcava o quadro governativo de então; no entanto, o controle rígido, direto e cada vez mais incisivo das autoridades públicas e, mormente a lei de imprensa adotada em 1893, seriam decisivos para os rumos do jornalismo opinativo, o qual ficava com a opção de silenciar, ou ser silenciado. A concentração das atividades jornalísticas, fenômeno que marcava a evolução do conjunto da imprensa brasileira na virada do século XIX para o XX foi outra questão, de ordem estrutural, que levou a tal decadência do jornalismo rio-grandino. O espaço para a circulação das folhas tornava-se cada vez mais restrito e a concorrência passava a tomar proporções avultadas, a pequena imprensa praticamente desapareceu, o *Artista* e o *Diário do Rio* deixaram de circular, somente o *Eco do Sul* continuaria sua caminhada, mas modificado em sua estrutura discursiva e seu padrão editorial, em uma constante busca por adaptar-se e sobreviver aos novos tempos.

O século XX marcaria uma nova etapa para a imprensa rio-grandina, bem diferente e menoscabada em relação à era de apogeu pela qual passara durante a centúria anterior, notadamente em suas três últimas décadas. Durante o século XIX, o Porto do Rio Grande não se constituíra apenas em entreposto comercial de mercadorias, servindo como ponto fundamental na circulação, difusão e propagação de informações,

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

opiniões e ideias, uma vez que na cidade praticava-se um jornalismo dos mais adiantados em face do cenário nacional e regional. Embora com modalidades discursivas e padrões diferenciados, tanto as publicações diárias quanto a pequena imprensa tiveram um papel relevante para a formação político-partidária gaúcha, pois, através de suas páginas, os mais diversos grupos puderam se fazer ouvir. Em um contexto de históricas lutas, ora pela tribuna, ora pela espada, os jornais rio-grandinos, ao lado de cada uma delas, ou de ambas, constituíram mais uma arma de combate, através do poder das palavras, servindo como verdadeiros arautos dos diferentes elementos que construíram o conjunto do discurso político-partidário sul-rio-grandense à época da passagem da Monarquia à República¹.

¹ Publicado originalmente em: *A imprensa na cidade do Rio Grande: ensaios históricos*. Rio Grande: NEHIRG, 2001. p. 41-52.



O golpe de Estado e a Revolução de 1891 na perspectiva do *Diário do Rio Grande*

A fase de implementação da República Brasileira teria ao final de 1891 um de seus pontos chaves. Após mais de um ano de regime ditatorial, através do Governo Provisório do Marechal Deodoro

da Fonseca, o país deveria retomar seus rumos institucionais, a partir da promulgação da primeira constituição sob a nova forma de governo e a instauração de um Estado Nacional Liberal Republicano. Entretanto, a República ainda não estava consolidada, havendo uma séria disputa quanto aos rumos que poderiam ser seguidos, advinda das disparidades político-ideológicas entre os grupos que se enfrentavam pelo poder, cada qual defendendo um modelo específico, de acordo com suas convicções partidárias particulares. Apesar dos moldes liberais predominantes, em termos constitucionais, desde a formação do Estado Nacional, a presença de atitudes autoritárias de parte dos governantes, tornou-se comum e, a partir de 1889, essa característica tornar-se-ia ainda mais incisiva, mormente durante os primeiros governos militares.

Nesse contexto, Deodoro da Fonseca, proclamador e primeiro Presidente da jovem República, não fugiria à regra, constituindo um dos mais autoritários dentre os governantes brasileiros pós-1889. Desde os embates na constituinte até a promulgação da constituição, ficou notório que Deodoro, deixando de ser o Presidente provisório/ditador, e tornando-se Presidente constitucional, escolhido em eleição indireta, não se adaptaria às novas circunstâncias, quer seja, sua inspiração autoritária não se coadunava com a divisão

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

de poderes que se instituíra a partir de então. Não aceitando governar junto do Legislativo, o marechal-Presidente inaugurou uma ação que se tornaria recorrente à vida política brasileira, perpetrando um golpe de Estado e fechando o Congresso Nacional. Especificamente no Rio Grande do Sul, o autoritarismo também campeava, uma vez que, seguindo moldes positivistas, Júlio de Castilhos e seus sectários do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) empreendiam uma política de exclusão partidária absoluta, ou seja, quem não seguisse ao extremo a cartilha castilhista poderia perder as esperanças de galgar espaços em direção ao poder. Para garantir a perpetuação desse estado de coisas, os castilhistas montavam um monolítico aparelho burocrático-administrativo, repressivo-militar e político-ideológico, resultando daí uma acirrada oposição, formada pelos grupos apeados/alijados do poder, dentre eles os antigos liberais-gasparistas, os conservadores – mesmo os republicanos de última hora – e os dissidentes republicanos.

O golpe de Estado levado a efeito por Deodoro da Fonseca seria um divisor de águas na história política nacional e regional, uma vez que, a partir dele, desencadeou-se uma onda de reações contrárias, exigindo-se a volta da normalidade das instituições. Diante da pressão, e notadamente a partir da reação adversa de segmentos das forças armadas ao golpe,

Deodoro viria a renunciar. Antes disso, no quadro regional, a atitude presidencial traria fortes consequências, uma vez que Júlio de Castilhos, tradicional aliado do Presidente da República, adotaria posição ambígua diante do golpe, do que se aproveitaram as oposições, pressionando os detentores do poder, culminando com a derrubada do líder do PRR. Começava então um breve interregno na escalada dos castilhistas ao controle do aparelho do Estado no Rio Grande do Sul, formando-se aquilo que estes chamariam pejorativamente de Governicho, um período de sete meses em que as oposições chegaram ao poder, revelando incongruências, contradições e disparidades partidário-ideológicas tão profundas, que levaram ao fracasso desse governo, com a perpetração de um novo golpe e a retomada do castilhismo ao controle do Estado¹.

¹ A respeito desta conjuntura histórica, observar: FRANCO, Sérgio da Costa. O sentido histórico da Revolução de 1893. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1962 (quinta série). p. 191-216.; FRANCO, Sérgio da Costa. *A Guerra Civil de 1893*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993.; LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.; MORITZ, Gustavo. *Acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul 89 - 90 - 91*. Porto Alegre: Tipografia Thurman, 1939.; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1983.; PINTO, Céli Regina. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM,

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

O movimento entabulado em protesto ao golpe presidencial ficaria à época conhecido como Revolução de 8 de Novembro de 1891. Os promotores da revolta argumentavam estar levando em frente um embate contra o autoritarismo ditatorial do Presidente, e também, direta/indiretamente, contra o autoritário modelo castilhista. Tal espírito “libertário” dos revoltosos de 1891 acabaria por não conseguir manter seu projeto de permanência no poder. Em curto prazo, Júlio de Castilhos e seus seguidores voltariam ao governo, apoiados inclusive pelo novo Presidente, Floriano Peixoto, tão ou mais autoritário que seu antecessor. O combate ao autoritarismo, em pouco tempo, viria a tornar-se inglório, no entanto, as arestas partidárias foram acirradas e a guerra civil constituiria um caminho inevitável. Os promotores do movimento que derrubara Castilhos e Deodoro, reunindo um heterogêneo grupo de descontentes com a situação vigente, buscaram plasmar uma identidade à Revolução de 8 de Novembro, como uma luta da “liberdade” contra a tirania². A derrota dos mesmos,

1986.; TRINDADE, Hélio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, J. H. & GONZAGA, S. (orgs.). *RS: economia & política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 119-191.; e VILLALBA, Epaminondas. *A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia., 1897.

² ALVES, Francisco das Neves. A Revolução de 8 de Novembro na cidade do Rio Grande. In: ALVES, F. N. &

entretanto, levaria a um “esquecimento” da rebelião, apagada que foi dos anais da História pelos castilhistas vencedores.

A imprensa seria um dos principais agentes da Revolução de 8 de Novembro, atuando na divulgação, difusão e fermentação do espírito rebelde. Na cidade do Rio Grande, ocorreram algumas das mais significativas manifestações contrárias ao golpe deodorista e os jornais, de forma mais branda ou incisivamente, debateram a questão, chegando a exigir o afastamento dos governantes³. O papel da cidade portuária seria considerado fundamental para o sucesso da revolta e as folhas, até então bastante cerceadas pelo controle das autoridades públicas, encontraram espaço para manifestar sua desaprovação em relação às práticas políticas no momento reinantes. Um dos mais importantes e tradicionais jornais rio-grandinos circulando à época era o *Diário do Rio Grande*, editado desde 1848. Apesar de ter como norte editorial o primado da notícia, buscando sustentar uma posição apolítica e apartidária, o *Diário*, como a maior parte dos jornais de então não era neutro, aproximando-se, desde o fim

TORRES, L. H. (orgs). *Anais do VIII Ciclo de Conferências Históricas*. Rio Grande: FURG, 1999a. p. 40-41.

³ ALVES, Francisco das Neves. O golpe de Estado de Novembro de 1891 e as repercuções na cidade do Rio Grande. *Revista Biblos*. v. 11. Rio Grande: Ed. da FURG, 1999b. p. 64.

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

dos anos setenta, aos liberais. Com a República, a folha adotaria uma postura de silenciamento diante da crise política predominante no Rio Grande do Sul, mormente tendo em vista a repressão governamental⁴.

Durante o breve interregno de certa liberdade de expressão a partir de novembro de 1891, o *Diário do Rio Grande* se faria presente entre as vozes que reagiriam contrariamente ao golpe de Estado e aplaudiria a Revolução de 8 de Novembro, ainda que, de acordo com seu estilo, não fosse tão veemente em seus ataques aos governantes, principalmente no quadro regional, ainda mais se comparado a outras publicações mais combativas, caso do também riograndino *Eco do Sul*. Mesmo assim, as manifestações do *Diário* atenderam aos propósitos de mais um conflito discursivo travado através da imprensa riograndense-do-sul, posicionando-se como inimigo dos golpistas e aliado dos revolucionários. Tal construção discursiva mais aberta logo seria freada e, a partir do retorno dos castilhistas ao poder, o periódico mergulharia em outra fase de silêncio quase que

⁴ Sobre a evolução histórica do jornal e a conjuntura na qual circulou, ver: ALVES, Francisco das Neves. *O primado da notícia como estratégia discursiva: uma história do Diário do Rio Grande*. Rio Grande: FURG, 2001. e ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2002.

absoluto quanto aos temas da política, sofrendo diretamente com o cerceamento à livre expressão do jornalismo.

As primeiras impressões do *Diário do Rio Grande* sobre o golpe desfechado por Deodoro da Fonseca fizeram referência à falta de informações sobre os eventos na Capital Federal. Com certa ironia, o jornal publicava o editorial “Tudo em paz”, revelando ao público leitor que não era de normalidade o clima no Rio de Janeiro. O jornal questionava - se tudo estava em paz, como queria fazer crer o governo - qual o motivo para coibir-se a liberdade do telégrafo, indicando que não havia razão que justificasse a restrição que era feita ao serviço telegráfico, a qual ocasionava naturalmente não pequenos transtornos às comunicações particulares (6 nov. 1891). Chegada a notícia da ação autoritária do governante, o *Diário* colocou-se em aberta oposição a mesma, argumentando que aqueles que pensavam que, com a promulgação da constituição, estava legalmente constituída a República, acabavam de ter prova do contrário, estando o país como durante o Governo Provisório, sem outra lei que a vontade dos ministros. Demarcando a ruptura institucional, a folha argumentava que não havia constituição, nem nunca a houvera no regime então vigente, já que aquela votada pelo Congresso e o promulgada pelo Presidente da República, fora, desde os seus primeiros

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

dias, violada por aqueles que prometeram respeitá-la e cumpri-la (7 nov. 1891).

O periódico rio-grandino lançou severa condenação sobre o ato do Presidente da República, destacando que o governo era da ditadura, e os que duvidassem que vissem na dissolução do Congresso e na criação da nova comissão *julgadora de crimes políticos*, a prova da sua ingenuidade e boa fé. O *Diário* lamentava que em breve completaria a República o seu segundo aniversário, mas que não se adiantara ainda um passo no caminho da sua consolidação e do seu crédito, parecendo que, ao contrário, em vez de progredir estava retrogradando, de modo que, como em 1889, o que imperava era a ditadura, ou seja, uma burla à verdade do sistema representativo. Para a folha, os resultados do golpe seriam inócuos ou funestos, servindo apenas para os interesses dos detentores do Executivo, os quais queriam um Congresso que, em vez de ser legítimo representante dos interesses nacionais, fosse simplesmente executor subserviente da vontade dos governantes, de maneira que a situação era a de não se ter adiantado um só passo para a organização e consolidação da República (7 nov. 1891).

As incertezas e a insegurança quanto aos rumos do país foram refletidas nas páginas do *Diário do Rio Grande* nas edições entre 8 e 11 de novembro,

registrando a calma entre a população, apesar de certa apreensão; os vários grupos que comentavam os acontecimentos; as pessoas que acorreram à Caixa Econômica, mas, por ordem superior, foram proibidas de sacar qualquer quantia; o deslocamento de tropas e de chefes militares e o levantamento de barricadas; a suspensão da proibição imposta ao correio e à entrada e à saída de embarcações; e o restabelecimento das comunicações telefônicas e das linhas telegráficas. O jornal noticiava também a expansão da revolução contra o ato presidencial, com a constante adesão de novas localidades, veiculando informações sobre a revolta em várias cidades. Uma das grandes preocupações do periódico era a de apresentar a ideia de um movimento reivindicatório que, ainda que revolucionário, não estava a perturbar frontalmente a ordem pública, tratando-se, isto sim, de uma luta meritória contra a tirania.

Divulgava o *Diário* que nenhum incidente ocorreria que viesse a perturbar a calma habitual da cidade, surgindo apenas muitos boatos, e inúmeras notícias contraditórias, que continuavam a circular e para as quais era conveniente dar toda reserva, pois, explicava, como sempre em período revolucionário, ocorria muita balela merecedora de fortes prevenções. O jornal, preocupado com a imagem brasileira no exterior, buscava demarcar a diferença daquele processo revolucionário para com as rebeliões dos

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

vizinhos sul-americanos, destacando a ordem que vinha reinando naqueles dias, que contrastava notavelmente com as desordens, as perseguições e a anarquia que se observavam em tais ocasiões nas repúblicas do Prata e do Pacífico. Narrava, assim, que as famílias continuavam nos seus passeios e nas suas visitas às lojas, como se não fosse anormal e prenhe de perigos a situação que se atravessava. Na opinião do periódico, esse comportamento advinha da forma digna de elogios como se tinham conduzido os chefes do movimento e o pessoal sob suas ordens, concluindo ao afirmar que não se cansaria de pôr em evidência tal fato, que tanto honrava o caráter brasileiro (12 nov. 1891).

Ainda que se manifestasse de forma crítica quanto à atitude de Deodoro e favoravelmente à causa revolucionária, o *Diário* era mais sutil ao tratar da política regional, não abordando tão abertamente o combate estendido à figura de Júlio de Castilhos. Nesse sentido, o jornal limitou-se a informar seus leitores acerca da derrubada do Presidente do Estado, noticiando que recebera telegrama de Porto Alegre comunicando a deposição do governante e a aclamação provisória de seu substituto. As constantes perseguições promovidas no quadro estadual deixaram os responsáveis pelo *Diário do Rio Grande* escaldados e, portanto, cuidadosos, quanto às suas declarações, não fazendo, ao contrário de outros

periódicos, uma associação direta entre Deodoro e Castilhos. Desse modo, a folha limitou-se a expressar que apear os sectários do castilhismo do poder não era o anelo fundamental do movimento de 8 de Novembro que não estaria, assim, completo, explicando que, se a revolução tivesse unicamente por objetivo a deposição do Dr. Castilhos, poder-se-ia considerá-la como terminada, no entanto, sendo ela originada pelo ato prepotente do marechal Deodoro, dissolvendo inconstitucionalmente o Congresso Nacional e proclamando-se em ditadura, considerava que a revolução prosseguiria até demonstrar ao ditador, de forma bastante expressiva, o descontentamento, ou antes a indignação que o seu ato causou no Rio Grande. De acordo com essa perspectiva, a publicação rio-grandina considerava que o Exército e o povo manter-se-iam na atitude armada e hostil que assumiram, até que o Presidente da República, com a sua retirada espontânea ou forçada do poder, desse ao país uma satisfação correspondente ao atentado que praticara (13 nov. 1891).

No combate ao golpe deodorista, o *Diário* chegou a ser incisivo, propondo que convinha, fazendo-se abstração de ressentimentos, a união de todos como um só homem para derrotar o despotismo, já que o resultado da luta dependia tanto da unidade e homogeneidade de vistos, como da

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

própria energia e valor dos combatentes e, que sem união não haveria força que pudesse alcançar bons resultados. Nessa linha, o jornal conclamava que se fizessem tréguas às ambições, aos despeitos e caprichos, pois seria isso o essencial para que os batalhadores da nobre causa da liberdade conseguissem o seu desiderato por amor do qual se lançaram à luta. Explicava ainda que a paixão não poderia se interpor entre os revolucionários e o seu elevado objetivo, pois poderia constituir um instrumento de mau êxito na campanha de regeneração política e social. Desejando que os rebeldes pairassem acima de suas idiossincrasias partidárias, o periódico exclamava que a união era a condição mais essencial ao feliz sucesso da luta em que estava empenhado o Rio Grande e, sem ela, poderiam não ser profícuos os mais hercúleos esforços do patriotismo, do amor da liberdade e do próprio instinto da conservação. Finalmente, o periódico aconselhava que se mantivesse a unidade de vistas como requisito indispensável ao triunfo definitivo da revolução e que a união fosse a divisa de todo o Rio Grande no grave momento histórico que era atravessado (14 nov. 1891). Assim, o *Diário do Rio Grande* já apontava os fatores que demarcaram a derrocada do governo de sete meses dos anticastilhistas, quer seja, a heterogeneidade ideológica e partidária.

Apesar de não aprofundar opiniões quanto à derrubada de Júlio de Castilhos, o jornal narrou os acontecimentos festivos desencadeados na comunidade portuária do Rio Grande. Narrava que se realizara uma manifestação de regozijo pelo primeiro triunfo da revolução, com a queda do Presidente Castilhos, descrevendo que a manifestação tivera começo na casa da Câmara – onde já haviam tomado posse os novos governantes representantes dos diferentes segmentos da oposição – e depois da sessão solene da Junta Provisória e do pronunciamento de discursos, saíram os manifestantes a percorrer várias ruas, acompanhados de bandas de música e imenso concurso de povo. A descrição do préstito continuava, destacando que as pessoas, de passagem, cumprimentaram as redações das folhas diárias, as quais agradeciam a saudação, terminando com vivas ao Exército e à Armada, ao povo rio-grandense e à soberania nacional, terminando a manifestação popular novamente em frente à casa da Câmara, depois de outros discursos terem sido proferidos, lavrando-se ata pública que descrevia os acontecimentos (14 nov. 1891).

A efeméride de dois anos de existência da República serviu de ponto de reflexão à imprensa sobre o momento histórico vivido pelo país e com o *Diário do Rio Grande* não seria diferente, revelando sua decepção para com os detentores do poder e o modelo

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

impresso à nova forma de governo. O jornal chamava atenção para o conjunto de desilusões que teria marcado os últimos dois anos, para o qual quem mais tinha contribuído eram precisamente aqueles que mais deveriam trabalhar para consolidar a República, elevando-a no conceito geral dos povos. Segundo a folha, a maior culpa cabia ao primeiro Presidente, uma vez que, Deodoro vinha sendo a principal causa da precária situação em que se achava o país, do mal-estar de todas as classes sociais, da perturbação que se notava em todos os serviços públicos e em todos os ramos de trabalho. O governante era descrito como sem capacidade para bem compreender os deveres inerentes à sua alta posição, tendo-se convertido em instrumento inconsciente dos ambiciosos vulgares que tanto o comprometiam, assim como os créditos e os elevados interesses nacionais (15 nov. 1891).

Nas considerações sobre o último biênio, o *Diário* explicava que uma das maiores causas dos erros cometidos pelo Presidente da República havia sido a má escolha de seus assessores. Afirmava o periódico que Deodoro, não compreendendo que o pessoal que o rodeava nada mais tinha em vista que abusar da sua boa fé e ignorância, estava impelindo o país para o abismo, quando podia, pelo contrário, levá-lo a um futuro de prosperidade e grandeza. Sobre as possíveis comemorações pelo aniversário da forma de governo instaurada em 1889, o jornal

lamentava que aquele dia poderia ser de galas para a pátria brasileira, se outra fosse a orientação, o critério e o patriotismo dos que a governavam, mas não o era, constituindo, unicamente, uma data de luto, uma vez que não era aquela de certo a república pela qual tanto teriam se esforçado os antigos propagandistas, nem a que imaginaram os que franca e lealmente aceitaram essa nova forma de governo. Segundo a folha, todos queriam uma república democrática, vazada nos melhores moldes, visando ao engrandecimento da pátria, prestando culto à liberdade e representando a lei. No entanto, lastimava que em vez disso o que se via era o chefe da nação e principal fundador da República, deturpando-a nos seus fins grandiosos, rasgando a constituição e proclamando-se ditador, afrontando o país com a sua vontade prepotente, e incompatibilizando-se com a opinião, que haveria de afinal condená-lo, como o Rio Grande já o fizera. Considerando que o momento não era de festividades, a publicação rio-grandina vaticinava que os patriotas que aspiravam ver a nação grande, forte, cheia de prestígio e respeitada, em vez de festas, deveriam fazer votos para que com a queda da tirania, ressurgisse para a República uma nova época de esplendentes promessas e grandioso futuro (15 nov. 1891).

Entre os dias 15 e 19 de novembro, o *Diário do Rio Grande* continuou destacando os acontecimentos

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

que marcavam a situação do país. Nos assuntos de cunho regional, a folha buscou manter sua posição de suposta neutralidade, não opinando diretamente sobre os narrados “sucessos” de cada dia, limitando-se a publicar manifestos dos governantes que substituíram Júlio de Castilhos e fazendo referência aos eventos e proclamações em várias das cidades gaúchas. Tendo em vista as dúvidas quantos aos destinos do país, o jornal publicou uma matéria editorial intitulada “A nossa justificação”, na qual buscava demarcar sua postura diante dos eventos de então. Afirmava que, quaisquer que fossem as consequências da luta a que o Rio Grande fora provocado pela ambição desmedida do Marechal Deodoro, aconselhado por ministros trêfegos e desleais, uma coisa haveria que ninguém poderia negar ao Estado, a sua hombridade, altivez e patriotismo com que se revoltou, pujante de indignação, contra o nefasto despotismo do centro. Destacava o papel dos sul-rio-grandenses diante da ação autoritária dos governantes, explicando que, apesar do ato ditatorial ter sido tacitamente sancionado por todos os outros Estados da União, ao Rio Grande ficaria a suprema glória de ser o único que protestara, com as armas na mão, contra a prepotência daquele que, tendo jurado respeitar a lei das leis, não hesitou nem teve escrúpulos de rasgá-la aos pés, como se ele só estivesse superior a tudo e a todos no país,

inclusive à constituição da República e à soberania nacional (15 nov. 1891).

Posicionando-se diante do movimento de novembro de 1891, o jornal destacava que era possível que outros Estados compreendessem a enormidade do atentado representado pelo golpe e se revoltassem contra os que o praticaram, mas, se o não fizessem, nem por isso o Rio Grande sentiria enfraquecer o seu ardor, pois tinha a consciência de que a justiça estava do seu lado, que pugnava pela lei e pela liberdade, e lutava pelos mais elevados interesses sociais da família brasileira, o que viria a servir-lhe de estímulo para manter-se na posição que abnegada e patrioticamente acabara de assumir. Afirmava ainda que o Rio Grande sustentava uma causa simpática, a qual não visava a outro fim senão o triunfo da justiça, da razão e do direito de um grande povo sobre a prepotência e o despotismo de um indivíduo, que abusara da elevada posição a que fora guindado pelos seus concidadãos, para retribuir-lhes com a ingratidão e os mais reprovados intuitos à honra e à confiança com que eles o distinguiram. Segundo o periódico, a comunidade gaúcha em conjunto encampa o espírito rebelde, explicando que o maior exemplo que dava ideia da importância e nobreza daquela causa, era o afã e o entusiasmo com que toda a população rio-grandense, sem distinção de crenças partidárias, se

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

agrupara em torno do estandarte da revolução e tanto procurara elevá-lo (20 nov. 1891).

Ao referir-se a uma certa união de forças em torno da revolta contra o golpe, o *Diário* não faria alusões aos castilhistas, agindo assim deliberadamente, tendo em vista suas intenções de procurar não se imiscuir com a política estadual. Mesmo assim, ressaltava a unanimidade das adesões, a unidade de vidas, o entusiasmo que rebentara espontâneo de todos os corações, aclamando as forças do Exército e da Armada, organizando batalhões patrióticos e por todos os meios manifestando a sua solidariedade com a revolução, apontando que eram tantas as provas que a rebelião – pela sua origem e pelos fins a que visava – encontrara eco simpático na alma rio-grandense. Para o jornal, se o movimento “reacionário” do Rio Grande precisasse de justificativa, a teria nos meios de defesa de que se rodeou o ditador, após o ato insólito da dissolução do Congresso Nacional, pois, como dizia o provérbio, “quem não deve, não teme”, mas o governo teria, porém, consciência de que havia incorrido em crime grave, por isso que, receoso das consequências, tratara de prevenir-se com todas as forças de terra e mar, para o caso de explodir a indignação dos patriotas, o que realmente viria a ocorrer. A folha concluía expressando que nesse acúmulo de forças, mal compenetradas da sua missão, estava para o ditador a

confissão do seu crime e para o Rio Grande a justificação do seu patriótico e enérgico pronunciamento (20 nov. 1891).

As críticas do *Diário do Rio Grande* direcionavam-se também ao principal auxiliar de Deodoro da Fonseca, ainda mais quando este, em plena crise, teria afirmado que o país manteria a estabilidade das instituições. Para o jornal, o Ministro Lucena, não satisfeito em impelir o Presidente da República a cometer o maior atentado político de que havia exemplo no Brasil, depois de Pedro I, parecia ainda querer divertir-se à custa do bom senso e da verdade dos fatos. A folha fazia referência a telegrama expedido pelo Ministro, no qual, destacava a folha, ele teve o desembaraço de afirmar que a constituição seria mantida, e isso precisamente depois de tê-la pisado aos pés com a dissolução do Congresso. Na concepção do *Diário*, a verdade era que o generalíssimo, e principalmente Lucena, estavam aborrecidos do Congresso, porque o mesmo os contrariava, não fazia tudo que eles queriam, procedendo pelas suas próprias inspirações e ao Executivo não convinha isso, pois desejava um Congresso subserviente, que agisse conforme as sugestões do chanceler da República. Diante disso, o periódico exclamava que, para que a obra governamental não produzisse mais nocivos resultados dos que tinha até então feito, se levantara o Rio Grande contra o poder ominoso do centro,

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

prevendo ainda que provavelmente se levantariam outros Estados da União, de modo que, aconselhando o Rio Grande a *arrepiaar carreira*, Lucena fora extremamente infeliz nas razões com que fundamentou o seu conselho, demonstrando que era mau conselheiro (21 nov. 1891). Esperando a adesão de outras unidades da federação, a folha rio-grandina esclarecia que o povo dos outros estados poderia não ter reagido como o rio-grandense, por não possuir quem o dirigesse ou com receio de insucesso das suas manifestações de indignação e patriotismo, fator do qual não se poderia supor que visse com bons olhos a traição de Deodoro (22 nov. 1891).

A renúncia do Presidente da República seria recebida com efusivos aplausos de parte do *Diário* que publicou a matéria chamada “Triunfou a boa causa”, argumentando que a mesma não poderia deixar de ser a vencedora, já que a ditadura no Brasil, em pleno regime constitucional, no fim do século XIX, seria uma planta exótica que não medraria, que não poderia crescer no seio daquele povo ávido de liberdade. O jornal desafiava os governantes decaídos, destacando que não tinha importância o fato do despotismo se rodear de forças duas ou três vezes superiores às dos defensores da liberdade, e que dispusesse do cofre das graças, do erário público, das posições oficiais, de todos os elementos, enfim, com que os governos sabiam abafar as manifestações hostis dos que os

incomodavam e contrariavam, diante da alma popular, comprimida por algum tempo pelos arrochos da tirania, a qual acabara afinal, impulsionada pela moral pública e os mais elevados sentimentos, por abrir-se em catadupas de indignação e entusiasmo, e produzir os resultados que o Brasil inteiro festejava naquele momento (23 nov. 1891).

A “vitória sobre a tirania” era enaltecida também no artigo “Os triunfadores”, no qual o periódico afirmava que, comemorando, cheio de júbilo, o grande triunfo da lei e da democracia, era seu dever prestar homenagem de respeito e de consideração aos que para ele mais concorreram. O jornal reconhecia os serviços inestimáveis prestados pelos revolucionários e a dedicação de que eles deram provas, os esforços que empregaram com a maior abnegação e sem olharem a sacrifícios, pedindo permissão para destacar o papel dos mais desvelados campeões da patriótica cruzada, tão honrosa e brilhantemente terminada. Além das forças militares, o *Diário* destacava a função desempenhada no movimento rebelde pelo conjunto da população, evidenciado que, as classes civis, o povo enfim, também mereceria palavras de admiração e de louvor, pois a sua conduta, no momento histórico pelo qual acabara de passar o Rio Grande do Sul, fora a mais nobre e alevantada que se podia desejar. Segundo a folha rio-grandina, a força armada e os demais

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

iniciadores e chefes da Revolução tiveram no povo um auxiliar grandioso, pelo apoio moral que deu ao movimento, secundando com todo o seu entusiasmo. Na concepção do *Diário do Rio Grande* não fora uma fração partidária que se insurgira e sim um povo inteiro que se levantara como um só homem, para, solidário com a força armada, repelir do solo sagrado da pátria a ditadura que a aviltava. Destacando ainda os inúmeros batalhões patrióticos que por toda parte se organizavam, a publicação apontava a profunda simpatia que o movimento de reação armada contra o despotismo do centro despertara naquele povo varonil, sempre pronto para sacrificar-se pelo triunfo de todas as causas nobres e justas. A matéria era concluída com um verdadeiro grito de guerra: “*Hurrah!* pelos iniciadores e triunfadores da revolução libertadora!” (23 nov. 1891).

O *Diário do Rio Grande* passaria a narrar efusivamente os acontecimentos que demarcavam a vitória da revolução, expressando verdadeiro regozijo público pelo triunfo alcançado pela revolta iniciada no dia 8, em homenagem a qual fora realizada procissão cívica que, imponente, produzira magnífico efeito (26 nov. 1891). O jornal destacou também sessão solene da Intendência Municipal, ocorrida na casa da Câmara, comemorativa da queda da ditadura do marechal Deodoro, além de marchas, passeatas e variadas manifestações de apresso ocorridas na comuna

portuária em homenagem aos revolucionários de 8 de novembro (27 nov. 1891). Apesar de louvar e lançar louros sobre a vitória da revolução, pouco mais de um mês depois da deflagração do movimento, o *Diário* já manifestava suas preocupações para com os destinos da vida política, mormente no quadro regional. A folha denunciava que graves boatos estavam chegando ao seu conhecimento, dizendo respeito a que vários cidadãos pretendiam convocar a população para um *meeting*, com o fim de deporem diversos funcionários e que para isso contavam com o concurso da guarnição da cidade. Pregando a ideia de um congraçamento de forças em torno do espírito da Revolução de 8 de Novembro, a publicação riograndina afirmava que o período revolucionário terminara com a queda da ditadura, contra a qual o Exército se levantara na mais nobre e patriótica solidariedade, de modo que o regime de ordem deveria supor-se restabelecido desde a queda de Deodoro. Nesse quadro, segundo o jornal, o direito ocasional das deposições não tinha mais razão de ser, felizmente para os interesses da sociedade e da administração, pois, promovê-lo seria rasgar a lei que garantia aos funcionários o livre exercício de seus empregos, enquanto não fossem legalmente exonerados, ou ainda seria estabelecer um precedente de consequências as mais desastrosas para o Estado e a família (11 dez. 1891).

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

No dia seguinte, o *Diário* permanecia em sua missão de buscar promover a confraternização entre os diferentes atores do cenário político rio-grandense e manifestava seu alívio ao noticiar que os militares não dariam sustento às ameaças de *derrubadas* contra os funcionários públicos. Destacava que, como previra, a briosa força militar não prestaria o seu valioso concurso para tentativas que tendessem a estabelecer a anarquia e a desrespeitar a lei e os direitos dos cidadãos, nem consentiria que tais atentados se praticassem. O jornal voltava a apelar para o espírito norteador do movimento de novembro, ou seja, havendo iniciado na cidade do Rio Grande, o processo revolucionário que teve por desfecho a queda da ditadura, não poderia a força militar dessa guarnição, em pleno funcionamento normal da administração pública, arcar com a responsabilidade de impatrióticas sedições, impulsionadas por mal avisadas paixões políticas com as quais nada tinha que ver, e muito menos prestar-lhes o seu concurso ou consentir em sua realização (12 dez. 1891).

De acordo com esse espírito harmonizador, o periódico rio-grandino argumentava não entender os motivos que levavam à manutenção do clima belicista no Rio Grande do Sul. Na opinião do jornal, não havia razão que justificasse a presença dos batalhões mobilizados em terras gaúchas, já que a revolução

terminara a 23 de novembro, o que deveria determinar a pouca necessidade da reunião ainda dessas forças. Para o periódico, aquele esforço era desnecessário, estando, inclusive, a trazer prejuízos ao Estado, tendo em vista a carência de mão-de-obra nos campos, afirmindo que distrair do trabalho útil centenares de homens, privando suas famílias do concurso valioso de seus chefes consistia num erro crasso. Diante disso, a folha lembrava os motivos pelos quais fora promovida a Revolução de 8 de Novembro, a partir da qual a ditadura caíra, não governando felizmente mais o país, a partir daquele dia memorável. Tendo em vista tais premissas, o *Diário* permanecia questionando sobre o motivo pelo qual continuavam ainda em atitude belicosa as forças populares organizadas expressamente para sustentar a constituição contra aqueles que a haviam violado (15 dez. 1891).

Apesar de conhecedor do intrincado contexto político regional, com a manutenção do confronto entre os castilhistas, apeados do poder, e os segmentos oposicionistas, guindados ao governo, o *Diário do Rio Grande* preferia continuar apresentando uma proposta de fraternização, por mais improvável que a mesma pudesse parecer, diante do agravamento dos ódios partidários. Mais uma vez o jornal buscava lembrar o espírito do 8 de Novembro, destacando que se alguém entrara na revolução tendo também em vista a queda

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

de Júlio de Castilhos da posição que ocupava como Presidente do Estado, isso já ocorrera, e com ele o partido que o apoiava, de modo que não poderia ter-se por objetivo a derrota de quem já se achava derrotado, ficando injustificável a presença de forças populares em diversos pontos do Estado. Para a folha, outro deveria ser o objetivo desse manancial bélico e questionava qual seria ele, já que a população ignorava e precisava conhecer a verdade, pois os que viviam na esfera estranha às lutas, às conveniências e paixões partidárias, teriam o direito de saber em que lei viviam (15 dez. 1891).

Para o *Diário*, esse clima de instabilidade só trazia prejuízos ao Estado, mormente no campo socioeconômico. De acordo com a concepção da folha, o comércio, as famílias, em geral as classes que viviam do seu trabalho quotidiano e alguma coisa tinham a perder, possuíam *carradas* de razão para estarem preocupadas, pois a não dissolução geral das forças populares, incutia-lhes o receio de que alguma coisa de grave havia ainda a ser resolvida. O periódico denunciava que, se já haviam caído Deodoro e Castilhos, a presença daquele aparato militar denotava que parte dos que se envolveram na Revolução de 8 não estavam ainda satisfeitos e perguntava o que quereriam eles, se seriam plausíveis suas pretensões não satisfeitas e se visariam ao interesse, ao bem-estar e à tranquilidade da família

rio-grandense. Segundo a folha, tal desiderato já fora conseguido com o restabelecimento da legalidade e com a deposição de Castilhos, manifestando suas incertezas quanto à permanência daqueles grupos armados. Destacava ainda que suas preocupações eram as mesmas do povo, do comércio e das classes conservadoras, que ainda não tinham readquirido a sua tranquilidade de espírito, e que, pelo contrário, viviam seriamente apreensivas e com medos justificativos do mal estar social então observado. Finalmente, o *Diário* questionava se teriam sido prematuras as festas que se fizeram pela volta à legalidade, dúvida que só poderia ser saneada pelos mandatários do governo, os quais deveriam explicar-se para que ao menos a população soubesse que existiam ainda nuvens no horizonte e que era prudente acautelar-se contra tempestades que se estavam armando (15 dez. 1891).

Mesmo que o *Diário do Rio Grande* manifestasse forte interesse no retorno à estabilidade, ponto fundamental para a retomada da vida social e econômica do Rio Grande do Sul, ainda mais no que tange às práticas comerciais, base da economia rio-grandina, seus temores quanto às “negras nuvens” no horizonte logo se concretizariam. Como o próprio jornal apontara, os novos detentores do poder logo apresentariam cisões entre si, isolando-se os dissidentes republicanos no governo, vindo a ser

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

criticados de um lado pelos castilhistas, de outro, pelos representantes dos antigos partidos imperiais. As desavenças abririam espaço para o retorno de Júlio de Castilhos, mas as feridas abertas eram incuráveis e o caminho tornara-se sem volta em direção à guerra civil. Embora se manifestasse mais veladamente quando se referia ao governo estadual, ao contrário de outras publicações que promoveram verdadeiro combate ao castilhismo, o *Diário*, lembrando seu passado liberal e de acordo com seu estilo, abraçou a causa da Revolução de 8 de Novembro, criticando com mais intensidade a Deodoro da Fonseca. Na concepção da folha, no entanto, a vitória daquele movimento representava o epílogo das disputas políticas, devendo prevalecer o bom senso como moeda corrente entre os grupos em conflito, pretensão que se mostrou inviável para a conjuntura de então. Logo viria a Revolução Federalista e, com a vitória dos castilhistas, eles empreenderiam esforços em prol de pulverizar qualquer resquício que lembrasse o 8 de Novembro de 1891.

Assim, ao contrário das ideias expressas no *Diário do Rio Grande*, o movimento rebelde do final de 1891, não encontraria eco histórico. Intentou-se demarcar nessa época o 8 de Novembro como o “glorioso” e “heroico” momento no qual o povo conseguira derrotar o “despotismo”. As dificuldades dos representantes das forças antecastilhistas em

vencer suas próprias idiossincrasias e discrepâncias internas como grupo oposicionista, o crescente arregimentar das forças ligadas ao castilhismo e, finalmente, o apoio do governo central a estas, levariam ao derruir daquele governo formado por oposicionistas. O predomínio definitivo de Júlio de Castilhos e de seu herdeiro Borges de Medeiros, ao longo de praticamente toda a República Velha, levaria a um forçado esquecimento daquela revolta de novembro de 1891. Prevaleceria a visão dos vencedores, silenciando-se ou desvirtuando-se os anais da História acerca da Revolução de 8 de Novembro, a qual acabaria por perder espaço junto à memória coletiva. Nas tradicionais exaltações do “espírito revolucionário” sul-rio-grandense, não houve vez nem voz para os derrotados e, nesse quadro, aquela revolta foi condenada ao ostracismo em relação ao panteão das supostamente “heroicas revoluções” gaúchas⁵.

As décadas de predomínio do modelo castilhista-borgista deitariam um véu escuro e quase impenetrável sobre os acontecimentos que levaram aquele breve interregno em que os antecastilhistas estiveram no poder. O *Diário do Rio Grande* desejava que o 8 de Novembro fosse transformado em uma das datas cívicas nacionais, considerando que o mundo

⁵ ALVES. 1999a. p. 41.

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

civilizado haveria de reconhecer o que ocorrera no país, em um evento pelo qual uma fração da “gloriosa nacionalidade” reagira, não recebendo passivamente a afronta imposta pelo “ditador”. Para o jornal, a História viria a fazer a devida justiça ao povo brioso e altivo, que dera a mais brilhante prova da sua abnegação e do seu civismo, rompendo com o centro por amor da liberdade da pátria, conculdada pelos que deviam ser os primeiros a prestar-lhe culto (20 nov. 1891). A História, entretanto, foi silenciada – como o seria também, pouco depois, o próprio *Diário* – e o que permaneceu foi um vazio diante dos acontecimentos que marcaram as reações contra o autoritarismo governamental. Os indivíduos que lutaram por uma idealizada “verdadeira república” acabariam por ver uma outra república ser implementada, restando o sepulcral silêncio sobre os fatos e os homens de novembro de 1891, constituindo o *Diário do Rio Grande* – junto de alguns outros escassos jornais remanescentes – em uma das poucas referências que ainda mantêm os registros de uma revolução quase que esquecida pela História*.

* Publicado originalmente em: *Biblos*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2006, v. 19, p. 135-150.



E a luta continua...

A permanência do anticastilhismo junto à imprensa rio-grandina

Na cidade do Rio Grande circulou uma das mais importantes publicações periódicas no contexto provincial/estadual desde a segunda metade do século XIX até as primeiras décadas da centúria

seguinte, o jornal *Eco do Sul* (1858-1934). Uma das mais notórias características dessa folha foi o partidarismo que adotou como norte editorial. À época monárquica o periódico foi um ardoroso defensor do Partido Conservador, moldando suas construções discursivas, de acordo com o jogo partidário de então, em oposição aos liberais. Com a República, o *Eco* teve de passar por várias adaptações em suas posturas, partindo de um apoio inicial aos novos detentores do poder para, em seguida, colocar-se em aberta oposição a eles. Na conjuntura regional, o *Eco do Sul* constituiu um dos mais combativos ao regime castilhista que se impunha no Estado.

Mais do que à oposição, o *Eco* dedicou sua páginas à resistência e ao combate direto às forças castilhistas, sendo por isso amplamente perseguido e coibido. Apesar de todas as pressões, o jornal manteve sua linha editorial pelo menos até outubro de 1893, quando a legislação de imprensa tornou-se ainda mais coercitiva, culminando com a interrupção de sua circulação em abril de 1894. A publicação permaneceu interrompida até o final do conflito federalista, voltando a circular apenas em setembro de 1895, após a ratificação da paz entre os beligerantes. Apesar da manutenção da próxima vigilância de parte das autoridades governamentais, o periódico não perdeu sua vontade para a luta e permaneceuativamente no combate ao castilhismo.

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

Assim, mesmo terminada a guerra civil, o jornal permaneceu no confronto para com o castilhismo. Um dos primeiros pontos de ataque concentrou-se nas críticas ao baluarte dos castilhistas representado pela Constituição Rio-Grandense, descrita como “carecedora dos maravilhosos ideais que faziam o apanágio de um povo livre” e como “um atentado às liberdades públicas, um vicioso círculo de ferro a sopear os princípios característicos da altivez gaúcha”. O diário encontrava no autoritarismo castilhista a causa para a Revolução Federalista, afirmando que os governistas pretendiam perpetuar-se no poder e, através da Constituição, “impor à viva força, princípios repelidos pelo povo”, sendo portanto legítimo que tal povo reagisse, defendendo “seus direitos, suas aspirações e sua liberdade”, mesmo que, para isso, tivesse de chegar à “prática de recursos extremos”. Destacava também que os “defeitos eram tantos e tamanhos”, que a revisão constitucional estava “a impor-se, como medida de harmonia e salvação” (3 set. 1895).

Nesse sentido, o *Eco do Sul* ainda manteve, por alguns anos, acesa a flama da discussão político-partidária, sustentando o conflito discursivo federalistas X castilhistas, demonstrando a continuidade do embate partidário e ideológico no período pós-revolucionário. O jornal propunha uma “guerra à ditadura” e, para isso, conclamava a

oposição para que, “visando ao bem comum, se erguesse em plena atividade, a disputar, no campo eleitoral e pelos outros meios legalmente permitidos, a verdade do sistema republicano”, o qual “vivia deprimido pelos detentores do poder”. Estabelecia, assim, como objetivo primordial, o combate à Constituição Rio-Grandense, que estaria “condenada e jamais alcançaria a sanção popular”, constituindo-se na “obra do comtismo sufocante, completa negação do governo do povo pelo povo” e no “castelo da mais ferrenha tirania”, cujos “estatutos básicos” deveriam ser reformados (9 jul. 1896).

A folha defendia a reorganização dos oposicionistas para participarem do jogo eleitoral, como forma de evitar que os “partidários da ditadura estadual” conseguissem perpetuar-se no poder. Previa que os governistas não poderiam atingir “seus intentos, diante da maioria do Estado, convencida de que os direitos populares vinham sendo despoticamente suprimidos pelo autocrata que infelizmente governava” os gaúchos. Para o diário, somente uma oposição forte teria condições de transformar o sistema castilhista, através de uma reforma constitucional, evitando a continuidade daquela estrutura que dava “ao presidente poderes discricionários”, tornando-o “senhor absoluto, em vez de primeiro magistrado, que fechava as válvulas à vontade social e que reconhecia somente uma

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

vontade, a do mesmo presidente”, respeitando-se, assim, as “tradições e costumes”, bem como as “aspirações e os sentimentos liberais do povo rio-grandense” (9 jul. 1896). Na concepção do periódico, o Partido Federalista passava a constituir-se no verdadeiro representante das oposições gaúchas e da vontade popular, diante do que promoveria uma inversão em sua orientação político-partidária e na construção de seu discurso, em relação a algumas de suas posturas anteriores.

O jornal atacava a estrutura eleitoral montada por Júlio de Castilhos e os obstáculos que a mesma criava à eleição de candidatos oposicionistas. Denunciava que o Presidente do Estado não tinha “sentimentos democráticos”, não admitia “instituições livres e, por mais que a sua imprensa se esforçasse em apresentá-lo como o tipo sincero de republicano, não havia nele senão a encarnação do despotismo”. Segundo a folha, “o código básico do Estado era a expressão mais fiel da tirania com que vinha sendo governado o povo rio-grandense”, através da qual foram suprimidas “todas as válvulas pelas quais as massas populares respiravam as emanações da liberdade”; de modo que “o povo não tinha autonomia, não podia realizar os seus desejos em face da magna lei estadual, que fechava todos os poderes nas mãos do presidente, potência única no Estado”. Afirmava ainda que o “ditador do Rio Grande”

pretendia “impedir que a oposição se fizesse representar” nas instituições do poder, contando para isso, “com as fraudes de costume e com a falta de escrúpulos de seus maleáveis instrumentos”, de maneira que os rio-grandenses não tivessem representantes que denunciassem “as ilegalidades e os crimes desta imoral situação” (23 dez. 1896).

Nessa linha, o *Eco* argumentava que “um partido verdadeiramente prestigiado” não deveria apoiar-se nos “elementos oficiais”, e sim, tirar “a sua força e a sua pujança da massa do povo”, o único representante do “poder soberano, em face das modernas teorias políticas”. Destacava que esse não seria o caso do Partido Republicano Rio-Grandense, diante do qual “o povo rio-grandense dia a dia melhor manifestava a sua desafeição”, levando o partido governista a fazer “da ameaça sua arma de guerra”, iludindo “eleitores com promessas de emprego público” e utilizando todos os artifícios “para afastar das urnas os adversários”. Desse modo, o periódico considerava que o castilhismo era “o oficialismo, sintoma de decadência moral, que haveria de, dentro em breve, atirá-lo à vala comum” (1º jan. 1897), intento pelo qual deveriam lutar os rio-grandenses, utilizando-se de “todos os meios legais para livrarem-se destes monstros políticos que governavam” e pretendiam continuar governando o Rio Grande do Sul (8 jan. 1897).

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

Tendo em vista essas veementes manifestações anticastilhistas, o jornal teve a sua publicação novamente suspensa entre 21 de março e 30 de setembro de 1897. Ao voltar a circular, o diário explicava as causas que levaram a tal interrupção, afirmando que não eram “desconhecidos os motivos que determinaram o seu silêncio por tão longo tempo”, uma vez que, “folha de oposição, cumprindo exatamente os deveres em face dos acontecimentos, o *Eco* não poderia deixar de ser desagradável aos serviços da *ditadura científica*”, os quais “queriam, exigiam e impunham, aos seus adversários, completo servilismo”. A folha denunciava que, “ao cumprir nobremente o seu dever, inspirando-se nos princípios grandiosos que animaram os federalistas na peleja” e ao combater “sem rebuço a longa série de ignóbeis atentados com que o governismo afrontava os brios rio-grandenses”, fora “alvo de indecorosas ameaças” de parte das autoridades militares da cidade. Passada a circunstância negativa, o *Eco do Sul* anunciava a retomada do seu lugar “entre os batalhadores do porvir, da honra e da liberdade rio-grandense, vil e torpemente fustigados por uma tirania que deprimia ainda a gloriosa terra dos gaúchos” (1º out. 1897).

Na manutenção de sua postura, o periódico declarava que “o castilhismo era traiçoeiro e sanguinário” (5 fev. 1898), diante do que propunha que todos os rio-grandenses deveriam continuar “a

lutar com esforço, com verdadeiro afinco no campo eleitoral”, mesmo tendo de enfrentar “as fraudes e as tramoias de desleais adversários” de modo a promover o engrandecimento de um “povo, que, por seu caráter, por sua organização moral e sentimentos de civismo, foi sempre considerado como sentinelas vigilantes da liberdade nacional” (19 mar. 1898). Os ataques do jornal continuaram à época de Borges de Medeiros, considerado como um seguidor de Castilhos, afirmando que este “ainda governava por trás” daquele, ao manter um governo que não representava “a opinião pública, não correspondia às aspirações de um povo culto e não tinha um partido político que o apoiasse sincera e lealmente”, de maneira que “somente o terror e a corrupção o podiam sustentar”² (5 maio 1898).

² O *Eco* continuava destacando o caráter “tirânico” do modelo castilhista-borgista: “A que ideal nos é lícito referir obedece a política que tem por guia supremo o Dr. Júlio de Castilhos? Aquilatá-lo – atenda-se bem – pelo regime ferrenho que dá nervo à atividade dessa política, forçoso é concluir pela sua negação, ou senão pela sua natureza despótica, barbaramente despótica, *una* no regaço das agremiações violentamente governadas; assim a modo de quem governa corporação incorrigível, de toda perdida para a moral! Não somos nós quem o diz, mas a irrecusável eloquência dos fatos brutais, fatos de uma selvageria sem nome, que, seguidamente, estão a convulsionar rudemente a sensibilidade pública” (20 dez. 1899).

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

As “dificuldades” para manter os “deveres de imprensa livre”, acusadas pelo jornal, revelavam que persistia o estigma contra a folha oposicionista, a qual se constituía em objeto de constantes perseguições, o que viria a acarretar mais uma interrupção em sua circulação entre 23 de julho de 1900 e 28 de fevereiro de 1902. Ao retornar, o *Eco* explicava os motivos da suspensão da publicação, denunciando “uma avalanche de perseguições ignóbeis”, pelas quais “era ele alvo predileto das fúrias e dos ódios de uma malta dissoluta e aventureira”, visto que “a sua palavra, imagem indefectível da verdade, feria e vergastava, confundia e anulava essa gente selvagem, desvairada pelas paixões mais ruins e empolgadas pelas corrupções mais indignas”. O diário ainda enfatizava que “sobre os corruptos, sobre os corsários da honra” a sua palavra caia “enérgica e luminosa, castigando-os nos seus desvarios, surpreendendo-os nas suas tramas, desequilibrando-os nas suas ambições”, de modo que o “velho paladino da liberdade”, tornava-se a “cobiçada presa da malta desenvolta”. O jornal relatava que seu proprietário fora perseguido e caluniado, sofrendo com as constantes ameaças, que pretendiam “vinganças à faca e à bala, decepar cabeças aos pares e às dúzias, transformar as ruas em estendais de cadáveres de maragatos”. Diante das ameaças, a “empresa teve de cerrar as portas” pois o seu responsável retirou-se da cidade, somente

retornando após a sua absolvição das “calúnias” sofridas (1º mar. 1902).

Após a “grande noite de silêncio”, pela qual fora obrigado a passar, o *Eco do Sul* garantia que reaparecia “com a mesma altivez e com as mesmas esperanças que o alentavam vigorosamente quando suspendeu a sua publicação”, voltando “a ocupar o seu posto na imprensa rio-grandense, prestigiado pelas simpatias públicas e pela confiança das heroicas e abnegadas falanges da oposição”. Mantendo sua filiação partidária, o jornal confirmava ser “órgão natural dos sentimentos e ideias do Partido Federalista”, prosseguindo “na luta incruenta em prol dos princípios democráticos”. Ainda ao retornar, a folha propunha-se a prosseguir “combatendo sem dobrez e sem fraquezas a ditadura castilhista” e “lutando pela reabilitação da pátria retalhada em oligarquias odiosas”. Afirmava também que não queria ver a República maculada “pelos elementos ruins, sem prestígio e sem raízes na opinião; falsificada selvaticamente nas suas formosas virtudes; desvestida cruelmente das suas amplas liberdades; e desamada, enfim, da grande alma popular”; querendo, ao contrário, a “reabilitação e a “reconstrução da pátria”. Declarava que a revisão constitucional era a “momentosa aspiração da quase unanimidade dos brasileiros” (1º mar. 1902) e, tendo

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

em vista esse intento, o jornal passou a estampar em seu cabeçalho o dístico “órgão revisionista”.

Ao prosseguir no embate contra o castilhismo-borgismo, o periódico manifestava sua esperança no “declínio do ditador”, explicando que a “história” ensinava “que as tiranias eram aberrações sociais, sempre transitórias, porque não deitavam raízes na consciência do povo” e, do “alto desta convicção serena”, destacava que nunca se aliara “aos pessimistas que chegaram a ver no Dr. Júlio de Castilhos a simbolização desoladora do eterno cativeiro do Rio Grande, contra o qual já se quebrou a onda estuosa de uma revolução heroica e incomparável”. Afirmava, assim, que o governador gaúcho começava “já a sentir que se ia fazendo o isolamento em torno de sua personalidade que tantos ódios acendeu e tantas paixões agitou” (28 abr. 1902); de modo que, “abandonada dia a dia pelos melhores amigos”, a “ditadura” entrara no seu “período de declínio final”. De acordo com o jornal, “desde a poderosa região serrana ao mais ignorado ponto do Estado, o castilhismo já não era mais do que um destroço”, o que só viria a confirmar as “lições da história” as quais ensinavam “que o despotismo não deitava raízes ao solo em que era lançado”, ainda mais no Rio Grande do Sul, no qual representaria a “antítese a mais completa das tradições gloriosas

desta terra e das suas insubordináveis aspirações de liberdade" (29 nov. 1902).

Um ano após a retomada das atividades, o jornal prosseguia definindo-se como uma "folha de combate" e "voluntário lutador em prol da liberdade rio-grandense, conculcada pela selvagem ditadura positivista, instituída pelo odioso sátrapa Júlio de Castilhos". Propunha-se a acatar e defender "com ardor e lealdade o belo e luminoso programa revisionista do Partido Federalista, por ser ele o que mais se harmonizava e se amoldava às tendências, à índole e às aspirações da sociedade brasileira". Nesse quadro, prometia "jamais esmorecer na luta, que considerava santa cruzada", manifestando sua "inabalável e segura convicção de que haveria de soar", em breve, "a hora da redenção do Rio Grande, como também não tardaria a ser uma fulgurante realidade a anelada e triunfante aspiração brasileira - a revisão constitucional". E concluía, clamando: "avante, pela pátria e pela liberdade" (28 fev. 1903).

Entre 1904 e 1907, ocorreu uma considerável diminuição na quantidade de pronunciamentos político-partidários expressos pelo *Eco*, em um prenúncio da nova fase na qual ele brevemente entraria. Mesmo assim, a folha persistiu no combate, afirmando que continuaria a "defender o programa do partido a que pertencia" (15 abr. 1905) e, através dessa

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

“luta”, argumentava buscar a vitória “dos verdadeiros ideais republicanos”, de modo que o “patriotismo” pudesse vir a “destronar a anarquia e abater os deturpadores da sã orientação política, aconselhada pelo amor às velhas e gloriosas tradições e pela prosperidade da mais gloriosa pátria sul-americana” (14 nov. 1906). Dessa gradual diminuição no número de manifestações de cunho político, observada ainda na primeira metade da década do século XX, o *Eco do Sul* passou a uma progressiva suavização de seu discurso político-partidário, abandonando, inclusive, o dístico de “órgão revisionista”, em julho de 1907. Encerrava-se a fase de luta, mas não os ideais do periódico que, mesmo de modo tênu, fugaz e esporádico, por vezes, ainda viria a manifestar algumas de suas convicções que o caracterizaram como uma das mais combativas folhas sul-riograndenses de seu tempo³.

³ Publicado originalmente em: *A imprensa na cidade do Rio Grande: ensaios históricos*. Rio Grande: NEHIRG, 2001. p. 27-33.



A imprensa gaúcha no alvorecer do século XX: um estudo de caso na cidade do Rio Grande

Os primórdios do século XX trouxeram em si os gérmenes, que já se faziam manifestar desde o final da centúria anterior, de uma etapa de amplas

transformações nas práticas jornalísticas no Brasil e, em particular no Rio Grande do Sul. Paulatinamente o jornalismo praticado de modo artesanal, e mesmo os das pequenas oficinas tipográficas, ia perdendo espaço para o jornalismo dito empresarial, caminho em direção à chamada grande imprensa. Cada vez mais a sobrevivência dos periódicos dependia da sua organização comercial e financeira, tendo em vista o acirramento da concorrência, surgindo o *Correio do Povo* como o modelo de jornal moderno e empresarial no contexto sul-rio-grandense. Nesse quadro, várias das tradicionais publicações gaúchas, algumas circulando há mais de meio século, viriam a desaparecer, enquanto outras, buscariam se adaptar às novas circunstâncias, garantindo a continuidade de sua circulação em uma constante busca por inovação. Nesse último caso, na cidade do Rio Grande, uma das mais importantes comunidades sul-rio-grandenses da época, esteve inserido o *Eco do Sul*, único dos jornais diários rio-grandinos que, tendo surgido no século XIX, conseguiu sobreviver por bem mais de uma década durante a centúria seguinte.

O *Eco do Sul* constituiu uma das mais longevas publicações sul-rio-grandenses, tendo durado desde o final da década de cinquenta do século XIX até os anos trinta do século seguinte. As ideias e propostas expressas pelo jornal durante esse largo período de circulação foram de significativa importância no

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

contexto gaúcho, mormente na zona sul provincial/estadual, convivendo a folha com marcantes momentos da evolução histórico-política do Rio Grande do Sul. Criado no município de Jaguarão, o *Eco* passaria, em seguida, em 1858, a ser editado na cidade do Rio Grande e, nos primórdios de sua existência, manteve algumas características da pasquinagem – atividade jornalística na qual seu fundador e principal redator estreara no jornalismo –, evoluindo, gradativamente, até apresentar-se como uma publicação de natureza “política, literária e comercial”.

Após uma crítica inicial às coligações entre sectários de diferentes partidos, consideradas como um desrespeito às ideias e aos princípios, ainda durante os seus primeiros anos, o periódico optou por uma orientação partidária de seu discurso, filiando-se à causa do Partido Conservador, vinculação que se tornou ainda mais direta a partir da década de oitenta, quando o jornal transformou-se num “órgão partidário”. Como uma publicação destinada à sustentação dos conservadores e à oposição aos liberais a folha moldou sua construção discursiva de acordo com as necessidades do jogo político-partidário do Período Imperial, de modo que a mudança na forma de governo representaria uma ruptura nessa edificação, a qual teve de ser ajustada às novas circunstâncias do momento.

Com a República, o jornal manteve sua conduta embasada no partidarismo, inicialmente apoiando os novos governantes, mas, em seguida, partindo para uma postura de aberta oposição aos mesmos, transformando-se em um dos poucos órgãos de imprensa que se manteve na resistência, combatendo os situacionistas em alguns dos mais graves momentos que marcaram a agitada transição Monarquia-República na conjuntura rio-grandense-do-sul. Contrário ao sistema castilhista-borgista, o periódico não abriu mão desse espírito oposicionista mesmo após o encerramento da Revolução Federalista. Somente a partir do final da primeira década do século XX, o diário rio-grandino promoveria uma mudança em sua conduta editorial, no intento de adaptar-se à nova fase em que adentrara o jornalismo, através da proposta de manter-se como uma publicação “independente” de vínculos partidários, buscando garantir, assim, a sua sobrevivência, a qual se estenderia até a década de 1930, constituindo-se esta a última etapa de existência do *Eco do Sul*, em sua constante busca por adaptação aos novos tempos das práticas jornalísticas⁴, processo

⁴ Sobre esta fase de modernização e concentração das atividades jornalísticas no contexto nacional, regional e local, observar: SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 298, 315, 352 e 409.; BARROS, Jayme de. *Evolución del periodismo en el*

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

transcorrido nas primeiras décadas do século XX, e que constitui o objeto de estudo do presente trabalho.

A abordagem da política

Da gradual diminuição no número de manifestações de cunho político, observada ainda na primeira metade da década de 1910, o *Eco do Sul* passou a uma progressiva suavização de seu discurso político-partidário, abandonando, inclusive, o dístico

Brasil. Buenos Aires: Escritório Comercial do Brasil - Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1942. p. 50-51.; REVERBEL, Carlos. Tendências do jornalismo gaúcho. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1957. 120-121.; RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993. p. 40, 52 e 54.; FRANCO, Sérgio da Costa. A evolução da imprensa gaúcha e o *Correio do Povo*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. n.131. Porto Alegre: 1995. p. 37-38.; DILLENBURG, Sérgio Roberto. *Correio do Povo: história e memórias*. Passo Fundo: Ed. da UPF, 1997. p. 19-31.; SILVA, Jandira M.M. et alii. *Breve histórico da imprensa sul-rio-grandense*. Porto Alegre: CORAG, 1986. p. 210-211.; ALVES, Francisco das Neves. O jornalismo sul-rio-grandense no século XIX: um breve histórico e o espaço do debate partidário. In: NEUBERGER, Lotário (org.). *RS no contexto do Brasil*. Porto Alegre: CIPEL/ EDIPLAT, 2000. p. 30-32.; ALVES, Francisco das Neves. *Imprensa gaúcha: história, historiografia & política*. Rio Grande: FURG, 2000. p. 28-30.; ALVES, Francisco das Neves. *A pequena imprensa rio-grandina no século XIX*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1999. p. 350 e 359.

de “órgão revisionista” – concernente à luta pela revisão da constituição castilhistas –, em julho de 1907. O jornal entrava assim, a partir de 1908, em uma nova fase, na qual passou a propalar a sua condição de órgão “independente”, ou seja, não mais vinculado a um partido político. Tal conduta representava a saída que o periódico encontrava no intento de adaptar-se à renovada etapa na qual o jornalismo passava a se encontrar, além do que, servia como uma forma de reação às amplas dificuldades que a folha vinha enfrentando para garantir o seu sustento financeiro. Nessa conjuntura, o redator da folha, em 1908, se propunha a escrever “com a máxima independência, numa compreensão elevada do que fosse o jornalismo”, procurando “enfrentar todas as questões, sem nelas misturar sentimentos que fugissem apavorados da honra e do dever” (18 jun. 1908). Pouco depois, o *Eco* reiterava sua nova postura, destacando que era “independente de partido”, de modo que acompanhava “par e passo a opinião pública”, procurando “dizer o que sentia e o que pensava em face dos males que afigiam a sociedade” (20 jun. 1908).

Buscando enfatizar sua nova proposta editorial, o jornal afirmava que se punha “de parte às preferências dos que mourejavam” no Rio Grande do Sul, estando “livre de quaisquer peias políticas” e, “alheio ao que se murmurava nas facções partidárias,

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

só almejava o bem da República e a garantia da grandeza futura da sociedade brasileira" (29 jan. 1909). Mesmo assim, o *Eco* não chegou a renegar de todo as suas antigas convicções partidárias, de modo que se tornar um órgão "independente" significava não ter mais uma ligação direta e aberta com o Partido Federalista. Ao abandonar o partidarismo como conduta editorial, o jornal objetivava ajustar-se à modernização pela qual passava o periodismo, momento em que passaram a predominar as folhas com os rótulos de "independentes", "neutras" e/ou "imparciais", com uma preocupação básica concentrada no caráter informativo. Assim, o periódico adotava definitiva e diretamente a estratégia de só se expressar político-partidariamente em momentos mais decisivos e demarcados cronologicamente, buscando um equilíbrio entre a manifestação explícita de suas ideias políticas e os seus interesses financeiros de sustentação.

As manifestações de cunho político tornaram-se cada vez mais esporádicas nas páginas do diário rio-grandino, como durante a segunda década do século XX, quando apoiou as candidaturas de Rui Barbosa à Presidência da República. Por ocasião da Campanha Civilista, o jornal traçou um paralelo entre os dois candidatos, afirmando que o candidato civil representava a "democracia, o direito, a justiça e a própria alma da pátria", enquanto que Hermes da

Fonseca “consubstanciava o princípio da força, ao qual não se submeteria a dignidade do povo brasileiro” (28 fev. 1910). Considerando Rui Barbosa como “o maior dos brasileiros” (28 jul. 1912), a folha, em 1913, apontava que votar nesse candidato era “um dever indeclinável de todo o brasileiro digno deste nome”, evitando-se, assim, que a “figura apagada e anônima” de Wenceslau Braz, ocupasse a “suprema magistratura da nação”. (30 jul. 1913). Já em 1919, o periódico destacava que ao lado de Epitácio Pessoa se agrupava “o silencioso destacamento dos interesseiros”, enquanto, “para a *Águia de Haia* convergia o aplauso espontâneo e unânime dos brasileiros”, estando com aquele a “conveniência” e com este a “justiça” (28 mar. 1919). Essas manifestações não chegavam a constituir campanhas totais e incondicionais, na verdade, eram pronunciamentos favoráveis, muitas vezes publicados como matérias assinadas e não de natureza editorial, de modo que essa nova modalidade de “campanha” era de breve duração cronológica, aparecendo em poucas edições e não-sistemática como as movidas pela folha no passado.

Dessa maneira, os pronunciamentos políticos do jornal, até o início da década de vinte, tenderam a ser mais moderados e, apesar de certa persistência das acusações contra a “ditadura rio-grandense”, o discurso de natureza político-partidária, tornou-se

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

cada vez mais esporádico e ocasional. As informações sobre as reuniões, congressos e ações dos federalistas passaram a aparecer como notícias e não como declarações editoriais, além disso, certos avisos “Aos federalistas” chegaram a ser publicados na qualidade de anúncio, ou seja como matéria paga e não referente à redação. A 7 de maio de 1912, falecia Alfredo Rodrigues de Oliveira, proprietário da folha, que continuou a ser publicada pelos seus “sucessores”, durante praticamente toda a sua restante existência. Os herdeiros de Rodrigues Oliveira buscaram promover uma série de reformas no diário, visando a aprimorá-lo material e editorialmente, objetivando fazer frente ao processo de modernização que marcava o jornalismo da época. Essas transformações referiram-se principalmente à afirmação do caráter noticioso do periódico, o qual intentou entabular uma ampla cobertura dos acontecimentos em torno da I Guerra Mundial e da epidemia de *influenza* que atingiu o país, assuntos que dominaram suas páginas até o final da década de 1910.

No início dos anos vinte, acompanhando a agitação política, eleitoral e militar que marcava o cenário nacional e regional, o *Eco* promoveu uma certa retomada em seus pronunciamentos político-partidários. Entre 1922 e 1923, o jornal voltou a manifestar-se politicamente de forma mais aberta e direta, acompanhando a posição dos federalistas, por

ocasião dos acontecimentos que envolveram as eleições presidenciais tanto na esfera federal quanto estadual. Com relação ao pleito à Presidência da República de 1922, a folha combateu a “Reação Republica” que contava com o apoio de Borges de Medeiros. Segundo a publicação rio-grandina, a candidatura de Nilo Peçanha não representava uma ruptura no sistema oligárquico, constituindo uma “espécie de edição barata e econômica da mesma bíblia”, movida por interesses particulares e eleitoreiros, deixando de lado qualquer questão que envolvesse os princípios e a democracia e guardando “profundo e cauteloso silêncio sobre o seu programa”, emudecendo, portanto, sobre os “principais problemas do país” (8 fev. 1922).

A derrota política de Borges de Medeiros, por ocasião da Reação Republicana traria consigo o soerguer da oposição rio-grandense, lançando-se a candidatura de Assis Brasil no intento de evitar mais uma reeleição daquele governante. Diante disso, o diário rio-grandino promoveu a campanha do candidato oposicionista, destacando que “ninguém tinha a menor dúvida quanto ao desejo da população gaúcha da não recondução do Sr. Borges de Medeiros”. Afirmava que o “extraordinário movimento de repulsa à reeleição do Presidente do Estado” não se constituía simplesmente numa “campanha partidária”, visto que representava a

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

“aspiração do povo rio-grandense, ansioso de que um outro patrício que não o perpétuo Sr. Borges, um outro rio-grandense portador de qualidades que sobravam ao Dr. Assis Brasil, viesse a dar à administração e à política do Rio Grande, um novo aspecto quanto ao progresso material”, além de uma “feição mais compatível com a índole do povo gaúcho à política, que deveria ser menos exclusivista, mais tolerante e sem os processos odiosos desta que o Sr. Borges de Medeiros vinha adotando desde o início do seu governo, tornando-a cada vez mais prepotente e insuportável” (8 nov. 1922).

Para o periódico, chegara o “momento da população rio-grandense libertar-se do guante da tirania borgista”, votando em Assis Brasil, “um patrício distinto, um rio-grandense competente e armado de boa vontade que tomaria sobre os ombros a responsabilidade de dirigir os negócios do Rio Grande” (8 nov. 1922). O jornal condenou a vitória do candidatoACIONISTA, acusando a corrupção eleitoral como a única causa da continuidade de Borges de Medeiros, consistindo-se a mesma em um “clamoroso atentado aos sãos princípios democráticos e num verdadeiro insulto ao povo do Rio Grande do Sul”, pois, segundo “a teoria borgista, até agora só nascera um homem capaz de o governar, que era S. Ex.”. Sobre a estrutura eleitoral de então, a folha qualificava-a como “verdadeira fábrica de patifarias,

por meio das quais o governo tinha conseguido perpetuar-se" (25 jan. 1923).

Sobre os riscos de uma possível guerra civil, o *Eco* destacava que "todo mundo estava contemplando a provocação insólita que o borgismo estava fazendo aos brios do povo altivo do Rio Grande do Sul" através da "distribuição de armamentos e munições por todo o Estado", do "aumento dos efetivos policiais em numerosas localidades", da "criação de novos corpos da Brigada Militar" e, finalmente, do "pedido de um crédito de mil contos para a 'manutenção da ordem', que ainda ninguém vira alterada". Diante disso, o jornal sentenciava que "quem tinha razão não precisava de mazorca para vencer" (25 jan. 1923). Durante a Revolução de 1923, o jornal associou-se ao "movimento libertador" contra o "tirânico jugo borgista", buscando fazer uma cobertura completa dos fatos que marcaram a guerra civil e publicando matérias como "A revolução libertadora", "A libertação do Rio Grande", "Pela redenção do Rio Grande", "Falsa legalidade" e "Os legionários da liberdade", nas quais denunciava a "ditadura" e as "incoerências" do borgismo, exigindo a intervenção federal no território gaúcho, como única forma de por fim ao conflito e, por conseguinte, eliminando a perpetuação de Borges de Medeiros no poder.

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

De acordo com essa perspectiva, a folha riograndina considerou que o acordo de paz que trouxe o encerramento da Revolução de 1923 trazia consigo a derrocada do borgismo, pois a oposição obtivera seu histórico intento de alterar os preceitos constitucionais do Estado que permitiam a reeleição presidencial. Afirmava, dessa maneira, que a “obra, até ontem, para eles sagrada, fora tocada, fora violada, fora rasgada”, constituindo tal fato em uma “vitória estupenda da revolução”, uma vez que “foram arrancados das mãos do déspota gaúcho todos os elementos com que ele havia transformado o Rio Grande em feudo de sua propriedade, vítima dos seus desmedidos despejos de mando e de prepotência”. A pacificação, segundo o periódico, significava “o desmoronamento da ditadura científica e o começo da democracia verdadeira” (20 dez. 1923). Assim, o jornal declarava que “o borgismo entrara em franca liquidação, tendendo a decrescer e a desaparecer”, ao passo que “a oposição, cada vez mais forte, mais coesa e exuberante com os elementos que espontaneamente se lhe agregavam, só poderia crescer, avolumar e dominar irresistivelmente”. Na opinião do diário, o “borgismo estava ferido de morte” e “de nada lhe valeria a força material”, pois perceberia “quanto era efêmero o poder político que não tinha por alicerce o consenso e a confiança da opinião pública” (8 abr. 1924).

A partir do segundo semestre de 1924, o *Eco do Sul* passaria novamente por uma suavização de seu discurso político. Tendo em vista a pacificação do embate militar gaúcho, a nova legislação de imprensa que passara a vigorar desde o final do ano anterior e, mormente, o constante estado de sítio que reinava no país naquela época, o jornal passou a buscar a implementação da prática de um jornalismo eminentemente informativo. Em agosto de 1925, o redator da folha declarava que a publicação riograndina pretendia ser um jornal “leve, lacônico, conciso, exato, abundante na sua matéria noticiosa, útil no seu feitio informativo e agradável na sua face literária”, tornando-se, assim, “coerente com a evolução da imprensa” (7 ago. 1925). Essa intenção de voltar-se a uma prática jornalística basicamente noticiosa levou o periódico a um silêncio político praticamente ininterrupto durante boa parte da década de vinte, de modo que o espaço editorial, antes utilizado para a publicação de matérias opinativas, passou a ser gradativamente ocupado com transcrições de telegramas e notas informativas. Já ao final dos anos vinte, o diário buscava enfatizar seu caráter apartidário, afirmando que, “politicamente o *Eco* afastar-se-ia, tanto quanto possível, do terreno estéril em que se agitavam as paixões partidárias, em embates que, por vezes, atingiam a excessos cruentos,

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

cindindo, de um e de outro lado, a coletividade rio-grandense" (16 fev. 1929).

Apesar dessa conduta editorial, o jornal não deixou de manifestar-se diante da crise do final da década de vinte que viria a promover o derruir da República Velha. Acompanhando a "Frente Única" no Rio Grande do Sul, o *Eco* apoiaria a Aliança Liberal, pregando o "soerguimento político-moral da pátria, decaída pela prepotência dos seus governantes máximos que, em plena República", pretendiam sustentar um "regime oligárquico". Diante disso, a folha conclamava que "os filhos do Rio Grande do Sul" tudo dessem, "inclusive o seu precioso sangue", para "defender a integridade da pátria" e a "soberania do povo" (19 ago. 1929). A sucessão presidencial ganhava espaço nas páginas do periódico, que promoveria a campanha de Getúlio Vargas, através de artigos como "A alvorada da democracia", "Grande passeata cívica liberal", "As consequências de sermos governados por déspotas" e "Avante gauchada, avante liberais". Com a derrota da Aliança Liberal, o diário permaneceu defendendo os "libertadores", acusando a "fraude da Paulicéia" e apontando para a iminente revolução.

Em setembro de 1930, a folha declarava que "o ambiente era asfixiante", apontando para a necessidade da revolução como única forma de salvar

o país. Afirmava que o Brasil estava “em estado miserável, degradante, oprimido, alquebrado no seu respeito, diminuído nas suas leis, enxoovalhado na sua política e aleijado na sua administração”. Na opinião do diário, só uma coisa mudara, ou seja, o “povo despertara para a luta”, querendo e pedindo “a revolução, crente de que ela o salvaria, de que redimiria a pátria, o governo, as finanças e a política”, constituindo a mesma no “meio único de endireitar este país desagregado e avassalado”, vindo “para vencer, para melhorar, para mudar homens, regimes, fatos e atos” (4 set. 1930). Com a eclosão do movimento de 1930, o jornal afirmava que a revolução viera para demonstrar que ainda existia “latente e explosivo um resto de dignidade cívica no Brasil liberal”, tão “apisoado pela prepotência, pela malignidade cívica, pelo absolutismo sibarita de um presidente egoísta e pirrônico”. Destacava também que a revolução era “necessária para transformar o Brasil, para regenerar os seus costumes políticos, para reintegrar o respeito e o civismo do cidadão”, correspondendo “à vontade nacional e à opinião coletiva do povo” (6 out. 1930). Até o final do ano, o periódico fez verdadeiras concitações públicas como “Gaúchos, mineiros! Estais de pé! Para a frente! Ide cantar o hino nacional às portas do Catete!”, ou “Prossegue vitoriosa a marcha pela libertação do Brasil”, além de realizar comparações entre “o Brasil

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

de ontem e o Brasil de hoje", e destacar as "realizações" dos governantes da "Nova República".

Ainda em 1930, o jornal buscara retomar seu caminho apolítico e "independente", afirmando que, como o "velho vespertino", o "peregrino e infatigável servidor", continuaria pautando seus escritos "na verdade, na razão e na justiça" e sem nenhuma "distinção de classes e de cores partidárias", prosseguindo "a venerar de joelhos, nesse altar gigantesco do Novo Mundo, a imagem sacrossanta, bendita e imaculada da pátria" (31 dez. 1930). A partir de março de 1931, o periódico buscou dar ainda maior ênfase à sua "independência", destacando que, de "velha tribuna de combate, o *Eco do Sul*" passava cada vez mais "a ter feição diversa, caracterizando-se pelo rumo acentuadamente independente" (2 mar. 1931). Daí em diante, durante alguns meses, o diário chegou a apresentar-se, como "folha independente" em seu cabeçalho.

Somente em julho de 1931, a folha sairia, temporariamente, da responsabilidade dos sucessores de Alfredo Rodrigues de Oliveira, sendo a empresa arrendada por Roque Aita Júnior, que até então exercia a função de redator do periódico. Sob a nova direção de "Aita & Cia.", o jornal garantia a manutenção de sua conduta editorial, como uma publicação "livre, sem ligação a partidos ou pessoas",

que visava ao “progresso desta terra” e “ao mesmo tempo, o do Estado e da pátria”. Propunha-se a ser uma “coluna aberta ao comércio geral do Rio Grande”, de modo que “os seus interesses fossem defendidos e propugnados com todo ardor e independência”. Passando a ser publicado sob o dístico de “órgão da coletividade rio-grandense”, o diário afirmava que buscaria, “em resumo, a defesa dos ideais da coletividade” (2 jul. 1931).

Assim, o diário rio-grandino adentrava a década de trinta sob a proposta de manter-se “sem ligações partidárias”, interessando-lhe “da política apenas a discussão dos assuntos, com o alheamento às questões pessoais, mais pelos ideais do que pelas paixões” (31 dez. 1932). Desse modo, os assuntos políticos passaram a ser tratados como notícias e não mais como tema de comentário, com o amplo predomínio do caráter informativo sobre o opinativo. O jornal prosseguia sua luta pela modernização, assumindo cada vez mais as feições do jornalismo contemporâneo, com a publicação de manchetes e fotos, e buscando enfocar os mais diversos assuntos da sociedade, abordando, por exemplo, o futebol e as notícias policiais. A 5 de outubro de 1933, terminado o arrendamento, a firma voltaria aos antigos proprietários, ressurgindo os herdeiros de Rodrigues de Oliveira como os responsáveis pela folha. Durante os últimos meses de circulação o *Eco* buscou dar

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

ampla cobertura aos acontecimentos europeus, que marcariam a preparação para a II Guerra Mundial. Apesar de proclamar a si mesmo como o “vespertino de maior circulação no município”, o *Eco do Sul* perderia sua luta pela modernização e teria a sua circulação encerrada em julho de 1934⁵.

Como folha “independente” e com uma proposta apolítica, o *Eco* não se renderia de todo ao govenismo e permaneceria, mesmo que de forma implícita, consistindo-se em um adversário do castilhismo-borgismo. Apesar de não se envolver mais

⁵ A 19 de fevereiro de 1937, ainda apareceria uma edição especial do *Eco*, em comemoração ao bicentenário da fundação do Rio Grande. Nessa ocasião, a folha declarava: “O *Eco do Sul*, cuja publicação, por motivos de ordem material, foi interrompida por algum tempo, ressurge agora em edição especial para, como o terceiro jornal mais velho do Brasil, prestar modesta homenagem à cidade do Rio Grande, em particular, e ao Rio Grande do Sul, em geral”. Esta edição não passou de uma publicação isolada e sem continuidade. Nela, o jornal propunha-se também a homenagear os “ilustres rio-grandinos” e os “distintos rio-grandenses”, destacando os nomes de diversas personalidades gaúchas, como militares, políticos, artistas e jornalistas. Dentre as diversas figuras destacadas apareciam alguns dos notórios lutadores contra o sistema castilhista-borgista, como Silveira Martins, o primeiro da lista; ao passo que, nenhuma referência foi feita aos nomes de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, em uma evidência de que o *Eco* não renegara de todo sua tradicional posição partidária, advinda ainda durante as origens da República Brasileira.

tão direta e sistematicamente nas disputas político-partidárias quanto fazia no século XIX, o jornal manteve em suas páginas o espírito dos federalistas/gasparistas, acompanhando-o em alguns dos eventos da formação política gaúcha que representaram um prolongamento e a continuidade dos confrontos deflagrados desde o 15 de Novembro, notadamente no que tange aos episódios do início da década de vinte, com a eclosão de uma nova guerra civil. Assim, o *Eco do Sul*, mantinha de certa maneira a sua tradição, emitindo a sua opinião sobre os mais diversos eventos que marcaram a vida política nos quadros regional e nacional, ao longo de suas quase oito décadas de existência, vindo a constituir uma das mais combativas folhas do jornalismo sul-rio-grandense.

Adaptação e sobrevivência

O *Eco do Sul* encontraria até a década de noventa do século XIX o seu período de maior prosperidade. As transformações ocorridas a partir da República e a postura abertamente oposicionista adotada pelo jornal lhe trariam, no entanto, uma série de reveses, mormente quanto à censura, às perseguições e aos períodos de interrupção na circulação, tendo em vista suas posições políticas. Não mudando sua postura combativa mesmo após o

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

encerramento do confronto militar que caracterizou a transição Monarquia-República no Rio Grande do Sul, a folha rio-grandina teve de promover gradativamente certas transformações em sua conduta editorial, anunciando, ao final da primeira década do século XX, uma posição “independente” quanto aos partidos políticos. Nessa virada de século, o maior objetivo do periódico foi a constante busca pela adaptação aos novos tempos vividos pelo jornalismo, com o predomínio das publicações de proposta apartidária e melhor organizadas em termos empresariais⁶.

⁶ No Rio Grande do Sul, o modelo característico dessa nova modalidade de jornalismo foi o jornal *Correio do Povo*. O próprio *Eco do Sul* demonstrava isso, pois, para justificar sua boa aceitação junto ao público, utilizava-se da folha porto-alegrense como parâmetro: “Não temos por norma de conduta fazer *reclame* em torno das sucessivas vitórias que vamos alcançando no seio do jornalismo rio-grandense, pois entendemos que isso seria demonstrar uma falta de modéstia francamente censurável. Entretanto, para evidenciar apenas o quanto merecemos no conceito público, onde buscamos alcançar o prestígio que nos retempera para as lutas cotidianas, vamos demonstrar, por meio da lógica dos algarismos, a enorme popularidade que goza o *Eco*”. Após realizar um levantamento quantitativo de um semestre e levando em conta a superioridade numérica da população de Porto Alegre, o diário rio-grandino afirmava que: “o *Eco do Sul* é o jornal que relativamente tem maior venda avulsa em todo o Estado, conforme tivemos ocasião de confrontar com o nosso colega do *Correio do Povo*, da capital” (12 jan. 1905).

Nessa última etapa de sua existência, o *Eco do Sul* passou por diversas reformas de natureza tipográfica e comercial, através de constantes alterações no formato e no número de páginas; da inclusão de fotografias, primeiramente de modo esporádico e decorativo e, mais tarde, como um complemento natural e diário na prestação de informações; e até mesmo de caricaturas que foram publicadas por breve período em 1917. Em 1918, o jornal anunciava a inauguração da “Papelaria do *Eco do Sul*”, atividade extra-jornalística que representou uma forma de complementação dos ganhos da empresa. Já no ano seguinte a folha adotou novamente a mesma prática que promovera na década de 1880, reorganizando o espaço destinado à matéria publicitária, condensando e agrupando os anúncios em ordem alfabética. A partir dos anos vinte, o diário buscava afirmar-se no rol dos representantes da imprensa considerada séria, invocando a sua tradição e a longevidade de sua circulação, anunciando-se como “o terceiro jornal mais antigo do Brasil, e quiçá da América Latina” (31 dez. 1924). No mesmo sentido, já em 1929, o periódico proclamava a si mesmo como o “decano da imprensa rio-grandense e o terceiro mais antigo órgão de publicidade do país, cronologicamente falando” (16 fev. 1929).

Ao final da década de vinte, o jornal rio-grandino anunciaava mais uma “completa reforma de

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

seu material”, adquirindo uma distribuição gráfica bastante próxima dos jornais contemporâneos, e buscava reforçar seu caráter apolítico e pautar sua conduta editorial na prestação de informações, além de intentar uma certa diversificação dos assuntos abordados, com a divulgação de matérias sobre cultura e amenidades. Um dos elementos significativos para que o *Eco do Sul* tenha atingido uma expressiva longevidade foi o fato da sua propriedade ter permanecido nas mãos de uma mesma família durante quase meio século, pois, apesar de enfrentar o controle direto das autoridades, as perseguições, as ameaças de empastelamento, as interrupções na publicação e uma série de crises financeiras, Alfredo Rodrigues de Oliveira e seus sucessores conseguiram manter a circulação da folha.

Dessa maneira, dava-se o contrário do ocorrido com os diários rio-grandinos contemporâneos do *Eco do Sul* desde o século XIX – o *Diário do Rio Grande* e o *Artista* – que, em momentos de grave crise, acabaram sendo transferidos a novos proprietários que não conseguiram garantir a continuidade das publicações. Já o arrendamento realizado no início da década de trinta era um sinal de que as dificuldades se agravavam. Mesmo retornando à propriedade dos Rodrigues Oliveira, o *Eco* não superou os obstáculos financeiros que se intensificavam ainda mais com a direta concorrência de outras duas publicações diárias

- *O Tempo*, criado em 1906 e o *Rio Grande*, surgido em 1913 - que se consolidavam e afirmavam-se como empresas noticiosas junto à imprensa rio-grandina, daquela época. Além disso, outro forte concorrente era o *Correio do Povo*, naquele momento, a folha modelo do jornalismo contemporâneo no Rio Grande do Sul, cuja distribuição não se limitava apenas à Porto Alegre, vindo a disputar, com as publicações locais, um espaço junto aos leitores das cidades do interior gaúcho. Crise e concorrência tornavam-se cada vez mais os prenúncios do desaparecimento que viria a concretizar-se em 1934⁷.

⁷ Publicado originalmente em: *Rio Grande do Sul: século XX em perspectiva*. Porto Alegre: EDIPLAT/Círculo de Pesquisas Literárias, 2000, p. 71 - 84.



Censura, coerção e silenciamento político: o *Bisturi* ao final de 1893

A afirmação da imprensa escrita como elemento formador de opinião suscitou a origem de uma série de mecanismos que se desenvolveram em um processo simultâneo ao da evolução do jornalismo, visando a fiscalizá-lo e determinando-lhe

seus limites. Esse fenômeno deveu-se ao fato de que, nas mais diversas sociedades, a produção do discurso é “controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos” de modo a “conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”⁸.

Nesse quadro, ao longo do tempo, engendraram-se profundas polêmicas e recorrentes debates quanto ao estabelecimento ou não de limites maiores ou menores para a ação da imprensa. As discussões nesse sentido se estabeleceram em torno de dois argumentos fundamentais. Segundo um deles, a imprensa deve ter liberdade plena, sem nenhum tipo de restrição. Já de acordo com o outro, no que tange às atividades jornalísticas, deve permanecer a denominada imprensa com responsabilidade, na qual os “abusos” por ela, eventualmente praticados, venham a ser coibidos.

Dentre os argumentos em defesa da liberdade total da imprensa estão os que se embasam na justificativa de que as leis as quais regem o jornalismo se constituem em verdadeiros “corpos estranhos”, pois “a liberdade é a sua seiva”, não sendo “possível o exercício da informação sem liberdade, do mesmo

⁸ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996. p. 8-9.

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

modo como não é possível democracia sem livre manifestação do pensamento”⁹; considerando que, “de todas as liberdades, é a de imprensa a mais necessária e a mais conspícuia”, cabendo-lhe, “por sua natureza, a dignidade inestimável de representar todas as outras”¹⁰; e que, “na falta de liberdade de imprensa, todas as outras liberdades são ilusórias”, pois, “quando uma faceta da liberdade é negada, a própria liberdade é negada, a própria liberdade é repudiada”¹¹.

Já dentre as opiniões contrárias à liberdade absoluta para a imprensa, aparecem as que argumentam que é exatamente na “liberdade com responsabilidade”, que se encontra “um dos esteios do regime democrático”¹²; e que “sem responsabilidade, a liberdade de imprensa é um mito ridicularizado”, sem a qual “estão postos os veículos

⁹ BAHIA, Juarez. *Jornalismo, informação e comunicação*. São Paulo: Ed. Martins, s/d. p. 40.

¹⁰ BARBOSA, Rui. *Obras completas: a imprensa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947. v.25. t.1. p. 14-15.

¹¹ MARX, Karl. *A liberdade de imprensa*. Porto Alegre: L&PM, 1980. p. 58.

¹² FERRI, Antônio Guimarães. Liberdade com responsabilidade. In: MELO, José Marques de (org.). *Censura e liberdade de imprensa*. São Paulo: COM-ARTE, 1984. p. 17.

e os profissionais no descrédito”¹³; de modo que, “a liberdade de expressão nunca poderia ser uma imunidade irrestrita”, contrapondo àqueles que definem liberdade de imprensa “como significando a ausência de dor ou opróbrio ao emissor, qualquer que seja a sua opinião” e considerando que esse ideal só seria realizável como tal, “em uma sociedade para a qual todas as ideias tenham se tornado impotentes ou indiferentes”¹⁴.

Em tal embate entre as perspectivas da liberdade absoluta e a com restrições para o periodismo, ainda poderia ser considerada uma terceira via, intermediária entre as duas anteriores, sendo aquela que não considera necessária a utilização de leis para regulamentar a imprensa, uma vez que o próprio público leitor selecionaria o “bom” ou “mau” material a ser lido, de modo que “só o apoio desse público poderia ser aceito como critério seguro; as publicações desprestigiadas encontrariam poucos

¹³ MORAES FILHO, Benjamim. A imprensa e o direito. In: *Anais do I Congresso Nacional de Comunicação*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Imprensa, 1971. p. 28.

¹⁴ HOCKING, William Ernest. Freedom of the press: summary statement of principle. In: *A free and responsible press*. Chicago: The Comission on Freedom of the Press, University of Chicago, 1966. p. 113.

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

leitores que delas tirassem proveito, e cedo cessariam de existir"¹⁵.

No Brasil, desde os primórdios da formação do Estado Nacional, prevaleceu, em termos governamentais, a visão da liberdade com responsabilidade, elaborando-se, a cada fase de sua organização político-administrativa, diferentes dispositivos destinados a regular a imprensa. Os diversos arcabouços legais (leis, decretos, decisões governamentais, constituições) montados para disciplinar a imprensa, desde o Período Joanino, quando se inicia o processo de institucionalização brasileiro, passando pela fase monárquica, momento de consolidação daquele processo, e chegando aos primeiros anos da República, com uma nova reforma institucional, refletem as transformações da legislação brasileira de imprensa no século XIX e as diferentes formas de entabular mecanismos de controle do discurso, em um processo marcado por um constante alternar entre a liberdade e o cerceamento.

Durante o processo de transição da Monarquia à República, a imprensa brasileira passou por um novo e acelerado avanço, multiplicando-se o número de jornais pelas províncias, com uma forte

¹⁵ BOND, F. Fraser. *Introdução ao jornalismo: uma análise do quarto poder em todas as suas formas*. 2.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1962. p. 16.

predominância dos periódicos político-partidários, discutindo os fatores que levariam à desintegração da forma monárquica, analisando as possíveis reformas que a mesma deveria sofrer e/ou divulgando as próprias ideias de mudança na forma de governo que começavam a tomar corpo à época e viriam a contribuir com a ruptura do regime monarquista.

O advento da República no Brasil estabeleceu a necessidade da reorganização institucional do país para adaptar-se à mudança na forma de governo, além disso, os novos detentores do poder consideravam-se como promotores de uma política saneadora e moralizadora que extirpasse aquilo que consideravam como os males do Império. De acordo com esses princípios, a legislação em geral e a de imprensa, especificamente, sofreram alterações, e, nesse sentido as medidas tomadas pelos primeiros governos republicanos foram no sentido de coibir a liberdade de imprensa em nome da defesa do Estado.

Nos primeiros anos da nova forma de governo, prevaleceu uma tendência fortemente restritiva à liberdade de expressão. Dessa maneira, já no nascedouro do regime, foi instituída a primeira medida legal restritiva, com o Decreto de 23 de Dezembro de 1889, o qual viria a ser ampliado com o Decreto de 29 de Março de 1890. Ainda antes desta última legislação, já havia sido aprovado o Código

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

Penal dos Estados Unidos do Brasil, a 11 de outubro de 1890, no qual ficaram regulamentados os novos critérios delimitadores da liberdade de imprensa. A primeira Constituição Republicana, promulgada a 24 de fevereiro de 1891, garantia a liberdade de imprensa, mas trazia a perspectiva de mecanismos reguladores que criariam limites para a mesma.

Assim, a ampla liberdade de imprensa expressa na Carta de 1891, no início da República, não passou de um dispositivo constitucional pouco colocado em prática. Os primeiros governos republicanos caracterizaram-se pelo autoritarismo e, em nome da manutenção e estabilidade da nova forma de governo, conservaram o país quase constantemente sob estado de exceção. Essa situação refletiu-se profundamente no controle sobre a imprensa que passou por uma de suas fases de maior censura¹⁶, tendo em vista que os jornais, os quais

¹⁶ Segundo Geminiano da Franca, nessa época “a imprensa teve uma existência amargurada e precária”, tendo em vista as “medidas draconianas do governo”. Segundo o autor, “nos estados, por esses tempos, o jornalismo passou igualmente por terríveis provações”. Como foi o caso do Rio Grande do Sul, onde “todos os jornais foram notificados para não dar notícias da revolução”. Franca fez ainda referência ao fato de que, além dos “atos abusivos de autoridade públicas, foram assaltadas e destruídas, em quase todos os estados, oficinas e redações de jornais oposicionistas, presos e desfeiteados os seus

haviam sido o grande veículo de propagação do ideário republicano, naquele momento, serviam também para a publicação de ataques e críticas aos novos donos do poder, por parte daqueles que não concordavam com as modalidades empregadas para a institucionalização e sustentação da República.

Esse contexto de controle absoluto sobre a imprensa ficou ainda mais demarcado a partir do Decreto de 13 de outubro de 1893¹⁷, colocado em prática durante o desenrolar dos mais graves movimentos contestatórios aos primeiros governantes da incipiente República - a Revolução Federalista e a Revolta da Armada. Os seguintes argumentos foram utilizados para justificar o decreto: que a liberdade de imprensa deveria consistir “no direito de colaborar com o poder social” nos fins a que se propunha “a ordem moral e política em suas múltiplas exigências e

redatores”. FRANCA, Geminiano da. *A imprensa e a lei*. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Filho Editor, 1936. p. 87-88.

¹⁷ Decreto N. 1565 de 13 de Outubro de 1893. In: COLEÇÃO DAS LEIS DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 1893. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894. Ver também: SEABRA JÚNIOR, Gregório Garcia. *Delitos de imprensa*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, 1924. p. 11.; CALDAS, Honorato. *A desonra da República*. Rio de Janeiro: Typographia Moraes, 1895. p. 135-136.; e ALVES, Francisco das Neves. *Imprensa e legislação no Brasil do século XIX. Histórica*. v.1. Porto Alegre: APGH/PUCRS, 1996. p. 62-63.

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

modalidades”; que seria “função do poder público, legitimamente constituído, defender a existência política da República por todos os meios legais, materiais e morais”; que, no cumprimento desse dever, o Governo não poderia encontrar obstáculos provenientes dos abusos da imprensa; e que parte da imprensa viria contribuindo “para animar a revolta com publicações inconvenientes umas, falsas outras e todas constituindo elemento de perturbação e alarme, em prejuízo da ação do governo e da tranquilidade pública”.

De acordo com tal perspectiva, através desse Decreto de 13 de outubro de 1893, e em nome da integridade pública, o governo visava a regular os “abusos” da liberdade de imprensa durante o estado de sítio, ficando proibido:

- fazer publicações que incitem a agressão estrangeira ou possam aumentar a comoção interna e excitar a desordem;
- defender qualquer ato contrário à independência, integridade e dignidade da pátria, à Constituição da República e à forma de seu governo, ao livre exercício dos poderes políticos, à segurança interna e à tranquilidade pública;

- publicar notícias a respeito da revolta que não tenham sido comunicadas pelo governo constitucional ou que não tenham essa origem;
- comunicar ou publicar documentos, planos, desenhos e quaisquer informações com relação ao material ou pessoal de guerra, às fortificações e às operações e aos movimentos militares da União ou dos estados;
- apregoar as notícias, fatos ou assuntos verdadeiros ou falsos contidos nas publicações que se oferecem à venda ou se distribuam gratuitamente ou de qualquer outro modo.

Desse modo, os primeiros tempos republicanos caracterizaram-se por uma imprensa controlada e uma liberdade de expressão extremamente limitada. Essa situação só seria razoavelmente normalizada com a consolidação da República, a partir dos governos civis, do fim da Revolução Federalista e do aniquilamento dos fracos resquícios restauradores, ficavam, porém, os precedentes para que, em nome da “pátria em perigo”, fossem novamente tomadas medidas para tolher a liberdade da imprensa, o que se repetiria por diversas vezes, em razão dos muitos

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

estados-de-sítio, que ainda viriam a ser decretados nas primeiras décadas republicanas¹⁸.

Como verdadeiro divisor de águas, o Decreto de 13 de outubro de 1893 levaria a um silenciamento da imprensa no contexto brasileiro. Esse silêncio refletia o contexto histórico vigente de ampla repressão e controle discursivo sobre a imprensa. Tal perspectiva se evidencia a partir da premissa de que o silêncio surge “como constitutivo de todo processo significativo”, em um quaro pelo qual, “a determinação histórica desses processos não se apresenta apenas como injunção ao mesmo, já que, em face do devir histórico, “o silêncio significa de várias maneiras”¹⁹.

Em tal conjuntura de silenciamento, a imprensa ilustrado-humorística, crítica por natureza, seria uma das que mais sofreu com os reveses repressivos. Foi o caso do *Bisturi*, um dos mais importantes representantes de tal gênero jornalístico no âmbito sul-rio-grandense, que circulou a partir de 1888 na cidade do Rio Grande. Com uma pauta editorial fortemente vinculada a posicionamentos políticos,

¹⁸ Contextualização realizada a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2002. p. 73-74 e 88-94.

¹⁹ ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. 5.ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2002. p. 92-93.

após a instauração da nova forma de governo, o semanário aspirou uma República embasada na liberdade, de modo que, em seguida, passou a antagonizar com o regime autoritário que se estabelecia. Nessa linha, o *Bisturi* colocou-se na oposição e mesmo na resistência contra o autoritarismo, na esfera federal e mesmo na estadual, vindo a agir como um dos mais atuantes periódicos anticastilhistas²⁰.

Tal postura traria um custo bastante alto para o hebdomadário gaúcho, que sofreu vigilância e perseguição constante por parte das autoridades governamentais e policiais. Foram muitas as ameaças e tentativas de interferência, culminando inclusive com a prisão de seu proprietário/redator/caricaturista, acusado de parcialidade por sua visão oposicionista. Nem assim, o *Bisturi* se calou e permaneceu criticando as forças governamentais no âmbito nacional, estadual e municipal. No entanto, o Decreto de 13 de outubro de 1893 viria a constituir uma barreira que se antepôs ao olhar crítico do semanário, que se viu na necessidade de rever seu viés editorial, transformando-se em mais uma vítima quanto ao silenciamento imposto pelos donos do

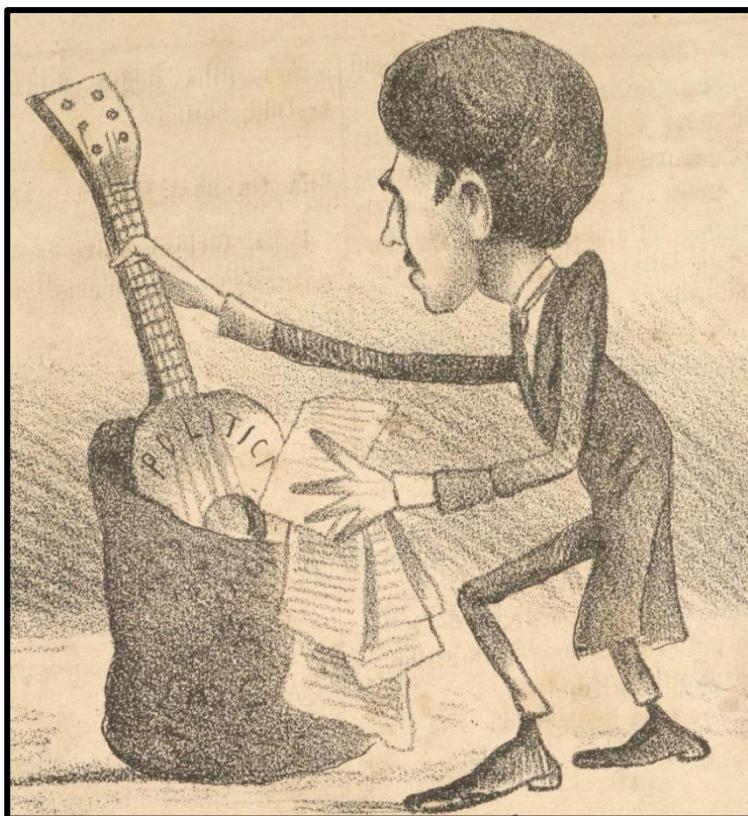
²⁰ Sobre o *Bisturi*, ver: FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa caricata do Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1962. p. 185-195.; e ALVES, 2002. p. 407-465.

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

poder, mas, mesmo assim, sem abandonar de vez seu caráter irônico e jocoso.

Na primeira edição que se seguiu ao Decreto de 13 de outubro de 1893, o *Bisturi* já demonstrava sua reação frente àquela medida altamente restritiva. Em mais um de seus tantos autorretratos, o proprietário/redator/caricaturista da folha aparecia colocando os papéis da redação e a viola no saco no que tange à política. Tal atitude vinha ao encontro da expressão popular segundo a qual não haveria outra solução que não fosse se calar, não por falta de argumentos para manter a discussão, mas pelo motivo da falta de alternativas diante da coerção legal, que eliminava no país o direito à livre manifestação do pensamento e da palavra. Tal perspectiva ficava ainda mais evidenciada na legenda: “Politicamente falando, não há outro remédio se não por a viola no saco. Custanos, mas que querem, que havemos de fazer”²¹.

²¹ BISTURI. Rio Grande, 21 out. 1893.



As novas contingências ficavam também expressas no editorial em que o proprietário/diretor do periódico se dirigia “Aos nossos favorecedores”, relatando que estaria a se recuperar de uma doença, a partir dos devidos medicamentos. Ficava evidente, entretanto, que o mal que o redator sofria era a repressão e os procedimentos para a cura eram as

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

ações que precisavam ser tomadas frente às medidas restritivas. A base textual era a ironia, demarcada fundamentalmente pelo uso do itálico. Nesse sentido, o responsável pelo semanário dizia que, “restabelecido já do grave incômodo de saúde, de que me vi acometido, durante a epidemia do *Terror*”, tendo em vista o “receptáculo da farmácia do *Bom Conselho*, na enfermaria da *Paciência*, com as benévolas aplicações do *Dr. Cautela*”, via-se “restituído aos lares e ao trabalho cotidiano desta afanosa lida”. Estaria ele “só como um perro, livre de *cólicas* e *sezões*”, de maneira que noticiava “aos povos, que hoje assumo de novo a direção espiritual e material do *Times*, quero dizer do micrório da imprensa rio-grandense”. A mensagem textual era complementada por outra de natureza imagética, na qual, em um pequeno bote, o redator do *Bisturi* junto de vários outros jornalistas locais se punham a pescar. A legenda era curta mas prenhe em sentido: “A nossa imprensa continua a navegar num mar de ro...sas de cortiça”. A referência era a rolha, que se tornou verdadeiro símbolo do qual lançou mão a caricatura para traduzir a censura e a repressão que recaíam sobre o jornalismo²².

²² BISTURI. Rio Grande, 29 out. 1893.



As matérias do *Bisturi* passavam a abordar temas aleatórios e as matérias políticas, tradicional pauta do periódico, deixavam de aparecer. Ainda assim, o espírito crítico transparecia, como no caso da edição em que o segmento ilustrado era alusivo ao Dia de Finados, com uma família preparando-se para visitar o campo-santo. Em seguida aparecia uma cena retratando os túmulos no interior do cemitério, que demarcava a crise econômico-financeira o autoritarismo que tomava conta do país, uma vez que as lápides, além de duas figuras alegóricas, uma delas com inspiração da mitologia greco-romana, revelavam a morte da lavoura, da indústria, do comércio, além do patriotismo e do bom-senso, que também teriam perecido. A repressão sobre o jornalismo era

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

igualmente denunciada, com o sepulcro que anuncia “aqui jaz a liberdade de imprensa”, inscrição realizada logo acima da imagem de uma rolha²³.



Textos de cunho encomiástico e crônicas que retratavam cenas do cotidiano sem incursões aos temas políticos passaram a preencher as páginas do periódico. Nesse sentido, uma seção que se tornava recorrente, era a denominada “Caleidoscópio”, referindo-se a um conjunto de coisas que se sucedem, como foi o caso das crendices populares e das simpatias, ou seja, os atos ou as práticas rituais que,

²³ BISTURI. Rio Grande, 5 nov. 1893.

por superstição, se fazia para conseguir aquilo que se desejava. Em uma das edições, tais simpatias eram: “contra o enfeitiçamento amoroso”, para “adivinar uma moça quando casará”, para “conhecer a prenhes”, para “conhecer o sexo do feto”, para promover um “meio de fortificar a criança no ventre”, “contra a melancolia”, para “conhecer se um doente morre”, para “saber se um ferido escapa ou morre”, para conhecer “o melhor tempo para semear e plantar flores”, para “ativar o cheiro das rosas” e para “tornar doce o fruto azedo”. Na mesma linha, foi ainda inclusa a seção “Feitiçarias”, envolvendo “receita para fazer-se amar pelas mulheres” e “A verdadeira oração”, cuja meta era “para enxotar o canhoto do corpo”²⁴.

A sutileza foi a estratégia para demonstrar as atitudes coercitivas governamentais par com a imprensa em caricatura estampada na capa do *Bisturi*, a qual trazia os jornalistas citadinos, mais preocupados com a temperatura e com seus trajes, estando os mesmos vestidos à japonesa, o que por si só causava estranhamento, demonstrando uma reação inusitada e descabida que refletia o ambiente repressivo, além disso, como “japoneses”, os escritores públicos estariam utilizando uma língua diferente da usual na redação do usual, o que poderia acarretar

²⁴ BISTURI. Rio Grande, 12 nov. 1893.

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

dificuldades de entendimento por parte do público leitor. Uma legenda irônica arrematava o desenho: “O calor vai-se aproximando e os nossos jornalistas, *com o muito serviço*, serão obrigados a japonizarem o vestuário para andarem mais à fresca...”. Um dos segmentos da ironia dessa inscrição era observado na perspectiva de que os redatores tinham “muito serviço” (em itálico), o que seria exatamente o oposto, ou seja, ao não poder abordar a política, um dos nortes editoriais do jornalismo de então, tais profissionais viam suas atividades profissionais reduzidas. Além disso, o ato de “japonizar” pode trazer consigo a ação de dar nova cozedura à louça de porcelana para torná-la semelhante à porcelana do Japão, ou, em sentido, figurado, traduzia a atitude dos jornalistas, que tinham de desdobrar-se para transformar as palavras, de modo a torná-las aceitáveis à censura²⁵.

²⁵ BISTURI. Rio Grande, 19 nov. 1893.



As dificuldades do periodismo para expressar-se estando sob o crivo censório governamental foram destacadas em um trecho de uma crônica na qual dialogavam dois compadres, que se referia à “falta de matéria” na imprensa, de modo que ela teria de fazer “alguma coisa” para poder “ocupar-se”, tendo, entretanto, de fazê-lo “com calma e jeito”, salvando “ao menos as aparências”. A seção “Caleidoscópio” voltava a marcar presença, com a “feitiçaria para ganhar no jogo”, a “receita para obrigar uma mulher a amar”, além das simpatias para “apressar um casamento”, “descobrir um cadáver na água” e “ver

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

um ladrão em sonhos”; aparecendo ainda uma coluna sobre a “Figa que protege o comerciante”. No segmento caricatural, o *Bisturi* mostrava pessoas lendo os periódicos citadinos, enfatizando com ironização que “os jornais diários continuam muito *palpitantes de interesse*”, desejando dizer exatamente o contrário, tendo em vista a supressão obrigatória dos temas políticos. O bobo da corte, personagem tradicional na representação da imprensa ilustrado-humorística e da arte caricatural, aparecia garboso e envolto em uma coroa de louros, dizendo: “Nós é que andamos na ponta. Os nossos assinantes são unâimes em afirmar que o *Bisturi* é o primeiro jornal, o que nos enche de justo orgulho”. No entanto, ao fundo da gravura aparecia um exemplar do semanário, no qual o bobo da corte, ao invés de galhardo, encontrava-se encolhido e assustado, bem de acordo com o ambiente repressivo vivido naquele momento²⁶.

²⁶ BISTURI. Rio Grande, 19 nov. 1893.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES



JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

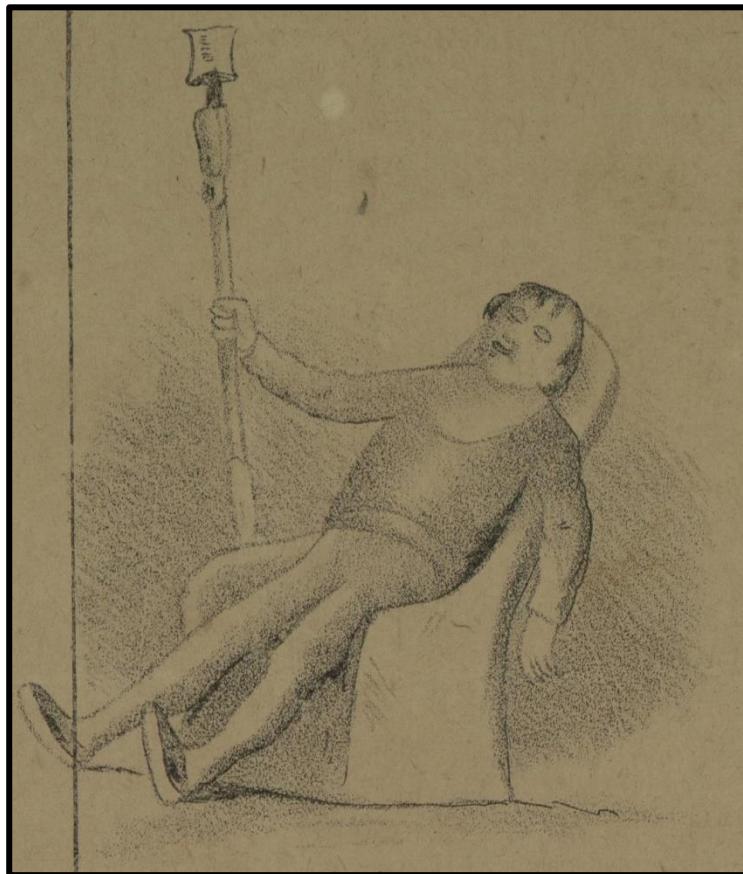
A coluna intitulada “Palestra inocente” apresentava a conversa entre duas vizinhas que, entre outros assuntos, dialogavam sobre as referências realizadas nos jornais locais, o que, para uma delas, seria uma atitude inaceitável, ao que a outra dizia compreender, pois aquilo ocorreria como “consequências do sítio”, que lhes atingia em cheio, pois “não podem falar em política... nas *coisas* da guerra... nas *loisas* da paz... e eles têm de encher as colunas ou fecharem as portas”. As dificuldades enfrentadas pelos homens de imprensa ficavam também reveladas em uma suposta carta enviada por um antigo colaborador do *Bisturi*, que tivera de mudar-se para Porto Alegre. Ele dizia que vários jornais rio-grandinos estavam buscando o seu “esforço intelectual”, mas que isso não seria fácil tendo em vista os “transes difíceis da atualidade política temerosa”, que trazia consigo um “tufão de violências”. Revelava assim que o jornalismo trazia consigo “uma existência mortificada por constantes decepções”. Diante disso, fazia referência às “decepções sofridas”, às “adversidades” e aos “contratempos jornalísticos” com os quais sofrera e que teriam servido como “lições, ensinamentos, claros, distintos, sem véus” para a sua carreira²⁷.

²⁷ BISTURI. Rio Grande, 26 nov. 1893.

A censura à imprensa ficava evidenciada na seção ilustrada mais uma vez carregada de ironia. Em um dos desenhos aparecia o bobo da corte sentado tranquilamente, dizendo que, “apesar de todos os pesares... tudo continua na mesma, e nós, no gozo da mais perfeita saúde”, entretanto, tal demonstração de sossego e serenidade não revelavam a real situação do jornal, uma vez que aquela figura alegórica que designava o periodismo caricato carregava à mão direita o crayon, lápis destinado à arte litográfica, com a qual se realizava a caricatura, o qual tinha na ponta uma rolha, simbolizando os atos repressivos então dominantes. Como a revolta se alastrava no Rio de Janeiro, o semanário rio-grandino trazia a ilustração de um dos pontos mais conhecidos da capital federal, comentando que “os jornais do Rio continuam a darmos a grata notícia que o Pão de Açúcar acha-se no mesmo lugar”, ou seja, as publicações cariocas não tinham condições de abordar a crise que estava acontecendo naquela metrópole. Finalmente, mostrava um indivíduo tentando ler os jornais da cidade do Rio Grande, mas tendo grande dificuldade, tendo em vista que vários segmentos estavam hachurados, inviabilizando a leitura, em referência aos atos censórios que definiam o que poderia ou não ser noticiado. Nessa linha, o *Bisturi* enfatizava que não

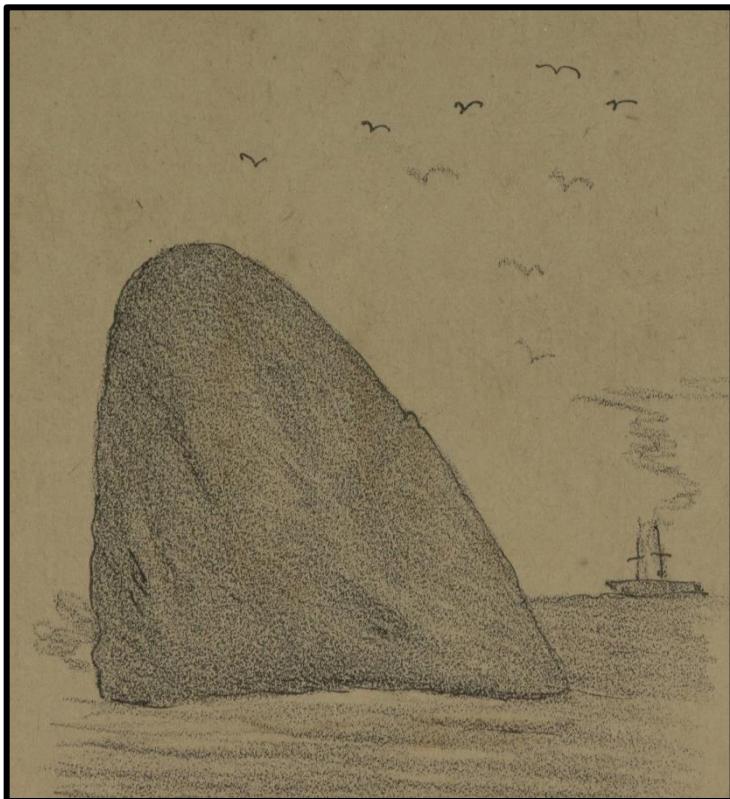
JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE:
ENSAIOS HISTÓRICOS

havia acesso a “importantes notícias”, por estarem as folhas dos colegas “atacadas de bexigas negras”²⁸.



²⁸ BISTURI. Rio Grande, 26 nov. 1893.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES



JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE:
ENSAIOS HISTÓRICOS



Na primeira edição de dezembro de 1893, o periódico caricato afirmava jocosamente que “a redação do *Bisturi* continua a gozar boa saúde e morar na mesma rua”, ou seja, apesar das restrições, o periódico permanecia sendo editado. A seção “Feitiçaria”, dessa vez no singular, voltava a figurar, apresentando uma “receita para curar mandinga”,

“para converter o bom no mau feitiço” e “para ter felicidade em tudo”. Outro segmento que retornava era o “Caleidoscópio”, ensinando como “reviver as flores murchas”, “transformar verdes as rosas”, “adivinar quanto tem alguém na algibeira sem perguntar” e “adivinar o número pensado”²⁹. Na edição seguinte, a seção “Caleidoscópio” trazia assuntos ainda mais aleatórios, envolvendo ações para “determinar o instante exato da lua cheia”, montar uma “pêndula sideral”, “afugentar as cobras”, “lidar com cobras sem perigo”, obter “imunidade contra as cobras”, “evitar que os gatos furtem”, impedir “que um gato fuja”, “obter pavões brancos”, “obter galinhas frisadas”, como agir “para um cão nunca danar” e para “conhecer o melhor cão”³⁰.

A impossibilidade de abordar tópicos atinentes à política e à crise advinda da guerra civil voltaria a ser traduzida pelo *Bisturi* por meio da arte caricatural e do gracejo. Os protagonistas da ilustração satírico-humorística eram mais uma vez os redatores dos vários periódicos rio-grandinos que, sem poder realizar plenamente sua profissão, teriam optado por um caminho mais lúdico, vindo a brincar como crianças, enquanto seus respectivos veículos de comunicação encontravam-se derrubados no chão, em

²⁹ BISTURI. Rio Grande, 3 dez. 1893.

³⁰ BISTURI. Rio Grande, 10 dez. 1893.

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

referência ao provável pouco interesse que estariam tendo por parte do público leitor. A legenda era breve, mas carregada de sentido: “E na falta de assunto!...”³¹.



Em mais um editorial que recapitulava “A semana”, o periódico mais uma vez ironizava, ao dizer que a ação censório do governo não estaria atingindo o semanário, ao afirmar que “a redação do *Bisturi* continua passando muito bem na sua importante saúde e de muito belo humor”, tendo em vista o “cuidado com que não diz mal do partido de

³¹ BISTURI. Rio Grande, 17 dez. 1893.

cima de medo que os politiqueiros servis e denunciadores baratos ouçam”³². Por ocasião das festividades natalinas, o hebdomadário revelava o tom pessimista que demarcava aquele ano de 1893 dominado pelo enfrentamento bélico. Diante disso, constatava que não haveria clima para festejos, pois não havia “uma só alegria no coração” e nem mesmo para “entoar canções festivas”, quando se via “o céu da pátria sinistramente nublado e as suas estrelinhas envoltas em crepe fúnebre e todas salpicadas de sangue”. De acordo tal perspectiva, a folha concluía que não existiam condições para “festejar o Natal, se na terra lavra a morte, a desolação e o luto”³³.

O tom de pessimismo também ficava evidenciado na questão da virada do ano. Nessa linha, a publicação ilustrada se referia ao “Ano morto”, saudando que estava “quase a esticar a canela, a dar o grito estrebuchante da morte” o ano de 1893, vindo o periódico a figurativamente expulsar o ano que findava, descrito como “sanguinário e maldito”, que deveria embrenhar-se em sua “cova mortuária”, levando consigo “ódios, vinganças, crimes e negras infâmias”, que carregava consigo, de modo que dele não deveria perdurar nenhuma lembrança”³⁴. Na

³² BISTURI. Rio Grande, 17 dez. 1893.

³³ BISTURI. Rio Grande, 17 dez. 1893.

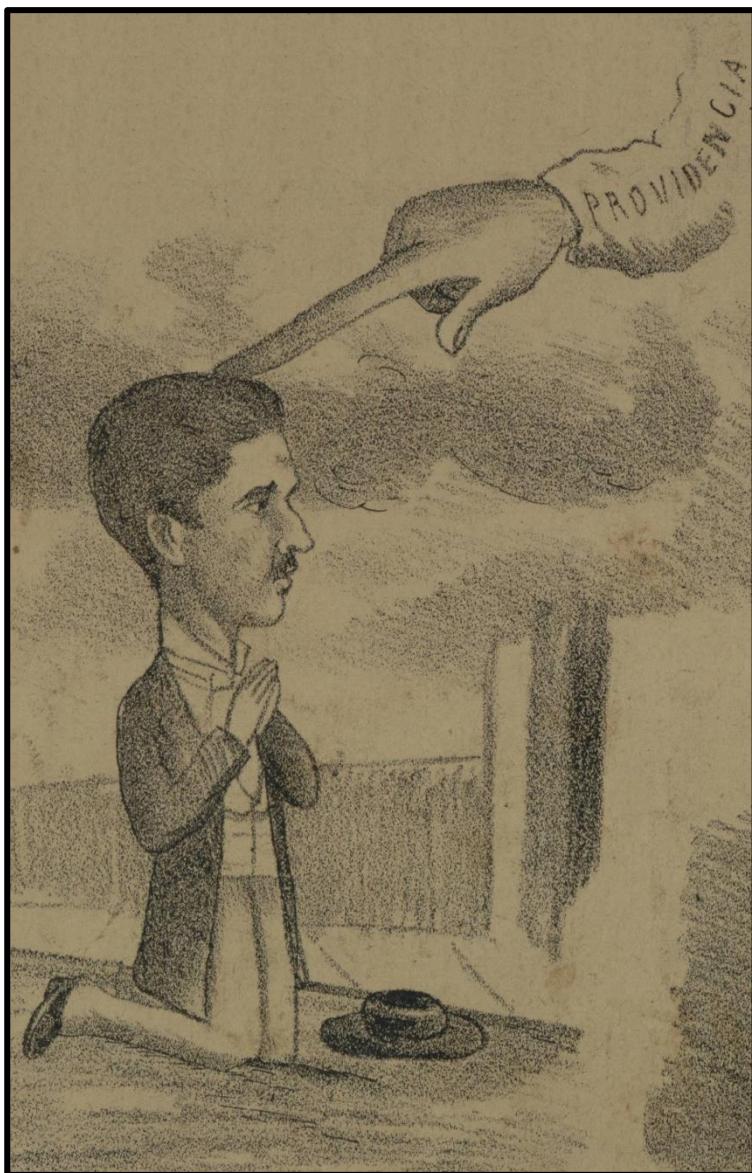
³⁴ BISTURI. Rio Grande, 25 dez. 1893.

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

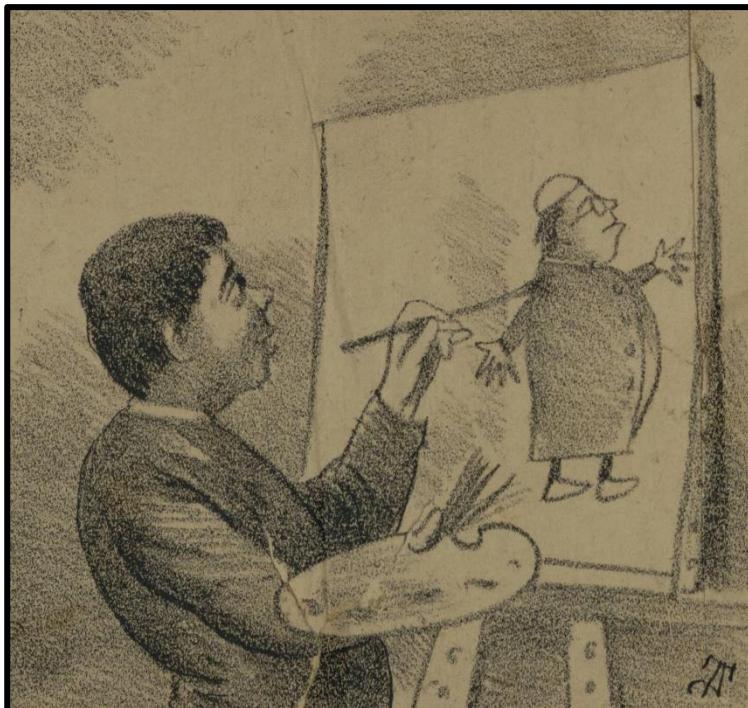
derradeira edição de 1893, na gravura em que trouxe a tradicional representação do passagem do ano velho ao novo, o *Bisturi* revelava toda a sua desilusão com momento vivido pelo país e pelo estado, concluindo que “não há nada mais cruel, nada mais ingrato, nada mais desumano do que a própria humanidade”. A impossibilidade de redigir comentários de natureza política também se fez presente nesse número final, com a inclusão de mais um autorretrato do proprietário/redator/caricaturista, em postura de oração religiosa, agradecendo por poder estar afastado daquele tipo de assunto. A legenda revelava mais uma vez toda a ironia que marcava aquela tirada, ao dizer que “depois de termos cumprido os deveres profanos, de joelho agradeceremos ao dedo da divina providência ter-nos livrado das tentações da política”. Ao final, era o bobo da corte que assumia o desenho voltando às suas críticas anticlericais e abandonando de vez as de cunho político, de maneira que, “no seguinte” poderia “continuar a exercer” a sua “nobre, honrada e divertida profissão”³⁵.

³⁵ BISTURI. Rio Grande, 31 dez. 1893.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES



JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE:
ENSAIOS HISTÓRICOS



Terminava assim aquele ano de 1893, que trouxera a culminância da repressão governamental para com a liberdade de expressão por meio da imprensa. E essa foi a tradição daqueles anos iniciais da forma de governo republicana, quando constituiu-se um “sistema de sujeição” dos discursos jornalísticos, composto por uma série de “procedimentos de controle e delimitação”, que representaram verdadeira “pólicia discursiva”, no

intento de “dominar, ao menos em parte, a grande proliferação do discurso”, de maneira que a “sua riqueza fosse aliviada de sua parte mais perigosa e que sua desordem fosse organizada segundo figuras que esquivassem o mais incontrolável”³⁶ no conjunto das declarações dos jornais.

O *Bisturi* foi amplamente atingido por essa sanha repressora republicana, vindo a perder sua seiva editorial a partir da coerção e da censura extremadas, de modo que “a intolerância dos governos marechalícios” lhe tirou a liberdade³⁷. Na oposição e na resistência ao autoritarismo governamental, mormente contra o regime castilhista, o semanário rio-grandino permaneceu na luta até o limite, promovendo um conflito discursivo pelo qual sustentava a causa dos rebeldes federalistas e atacava frontalmente os seguidores do castilhismo. O Decreto de 13 de outubro de 1893, no entanto, interrompeu essa marcha, provocando um silenciamento do periódico nos meses finais deste ano. O “silêncio não é mero complemento da linguagem”, pois ele “tem significação própria”, tornando-se uma “garantia do movimento de sentidos”. De acordo com tal perspectiva, o silêncio torna-se “a possibilidade para o

³⁶ FOUCAULT. p. 21, 35, 45 e 50.

³⁷ LOBATO, Monteiro. A caricatura no Brasil. In: *Ideias de Jeca Tatu*. São Paulo: Brasiliense, 1946. p. 19.

JORNALISMO E POLÍTICA NA CIDADE DO RIO GRANDE: ENSAIOS HISTÓRICOS

sujeito de trabalhar sua contradição constitutiva”, a qual se “situia na relação do ‘um’ com o ‘múltiplo’”, permitindo a observação de “que todo discurso sempre se remete a outro discurso que lhe dá realidade significativa”³⁸. Apesar de silenciado, o *Bisturi* ainda conseguiu deixar transparecer sua postura, ainda que de modo sutil, como forma de conseguir ludibriar os censores, sem deixar de obter o entendimento de parte de seus leitores. A inclusão subliminar de tópicos atinentes à coerção e à falta de liberdade, escamoteando, às vezes em meio a outras matérias, a questão da impossibilidade em falar de política, ou mais ainda, a inserção de temas esdrúxulos, que não compunham até então a linha usual do periódico, como no caso das credices populares, revelando que, naquele espaço deveria estar sendo abordado outro assunto, foram algumas das estratégias empregadas pela folha ilustrada, que demonstravam que também o silenciar tinha um sentido. Mas em relação à sua rotina editorial houve uma inexorável ruptura, afastando-o de seus temas prediletos e das causas que defendia. Restou apenas a entrelinha, a sutileza, o gracejo leve, a ironia e... o silêncio...

³⁸ ORLANDI, 2002. p. 23.



**BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE**
Fundada em 1846



ISBN: 978-65-5306-093-7